

SOLVERDE, S.A
RELATÓRIO
& CONTAS
2022

Índice

LISTA DOS ORGÃOS SOCIAIS	4
RELATÓRIO DE GESTÃO	5
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	26
BALANÇO	27
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	28
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	29
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	32
1. INTRODUÇÃO	32
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
2.1. Base de Preparação	33
2.2. Pressuposto da continuidade	33
2.3. Classificação dos activos e passivos e passivos não correntes	33
2.4. Derrogação das disposições do SNC	34
2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras	34
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	34
3.1. Conversão cambial	34
3.2. Princípio de consolidação	34
3.3. Activos fixos tangíveis	34
3.4. Activos intangíveis	36
3.5. Propriedades de Investimento	36
3.6. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis	36
3.7. Participações financeiras em subsidiárias	37
3.8. Inventários	37
3.9. Activos e passivos financeiros	38
3.10. Rédito	40
3.11. Subsídios do Governo	40
3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados	41
3.13. Imposto sobre o rendimento	42
3.14. Regime do Acréscimo	43
3.15. Provisões, passivos e activos contingentes	43
3.16. Benefícios dos empregados	43
3.17. Eventos subsequentes	43
4. FLUXOS DE CAIXA	44
5. ACTIVO FIXO TANGÍVEL	45
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	47
7. ACTIVO INTANGÍVEL	47
8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	48
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	48



10.	INVENTÁRIOS	49
11.	CLIENTES	50
12.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	51
13.	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	52
14.	DIFERIMENTOS	53
15.	CAPITAL E RESERVAS	53
16.	RESULTADOS TRANSITADOS	55
17.	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	55
18.	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	55
19.	OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	55
20.	RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO.....	56
21.	PROVISÕES	56
22.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	57
23.	FORNECEDORES	57
24.	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	58
25.	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	59
26.	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	60
27.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	60
28.	GASTOS COM O PESSOAL	61
29.	PERDAS E REVERSÕES POR IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (AUMENTO/REVERSÃO)	62
30.	PROVISÕES (AUMENTO/REVERSÃO).....	62
31.	AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	63
32.	OUTROS RENDIMENTOS	63
33.	OUTROS GASTOS	64
34.	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	65
35.	RESULTADO POR ACÇÃO	65
36.	PARTES RELACIONADAS	65
36.1	Transacções entre Partes Relacionadas	65
36.2	Remuneração do Conselho de Administração.....	66
37.	CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS	67
38.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	69
39.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	69
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	70
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	74





LISTA DOS ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente	- Amadeu José de Melo Moraes
1.º Secretário	- José Augusto Ferreira Campos
2.º Secretário	- Napoleão Ferreira de Amorim

FISCAL ÚNICO EFECTIVO:

- Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, LDA. (SROC Nº. 207) –
Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC Nº. 1157

FISCAL ÚNICO SUPLENTE:

- C&R RIBAS PACHECO, LDA. (SROC Nº. 49) –
Representada por Rodrigo Bruno de Magalhães Ribas
Pacheco, ROC Nº. 1163

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente	- Manuel Soares de Oliveira Violas
Administrador	- Rita Celeste Soares Violas e Sá
Administrador	- Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá
Administrador	- Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas
Administrador	- Joel Santos Pais
Administrador	- Joaquim Fernando Marques Reis
Administrador	- Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE:

1.º Secretário	- Nuno Miguel Ferreira Moraes
Secretário Suplente	- Cristina Helena Henriques Lopes Relvas



RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem o Conselho de Administração da Sociedade dar conhecimento aos Accionistas e Terceiros com os quais a Sociedade se relaciona, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** no exercício de 2022. Assim:

1. ENQUADRAMENTO GERAL E ASPECTOS MAIS SALIENTES DA ACTIVIDADE EM 2022

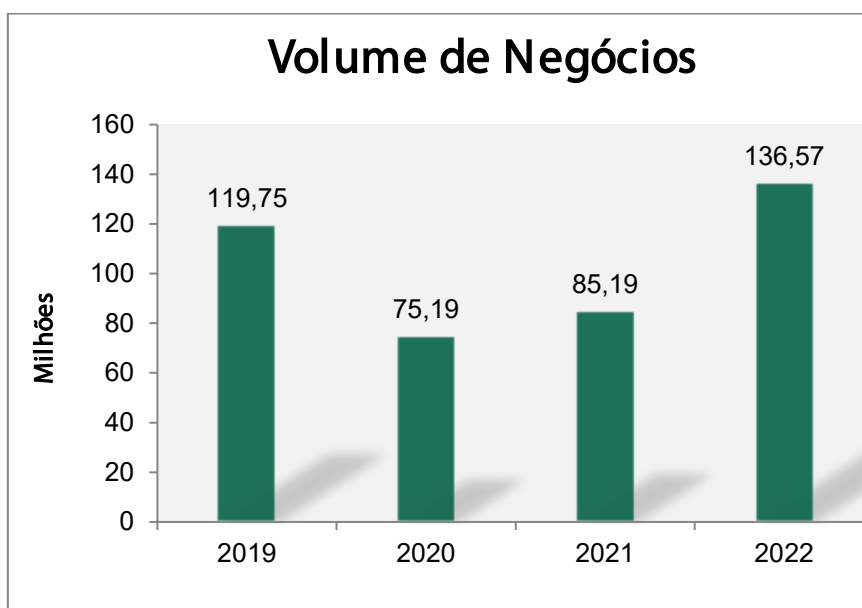
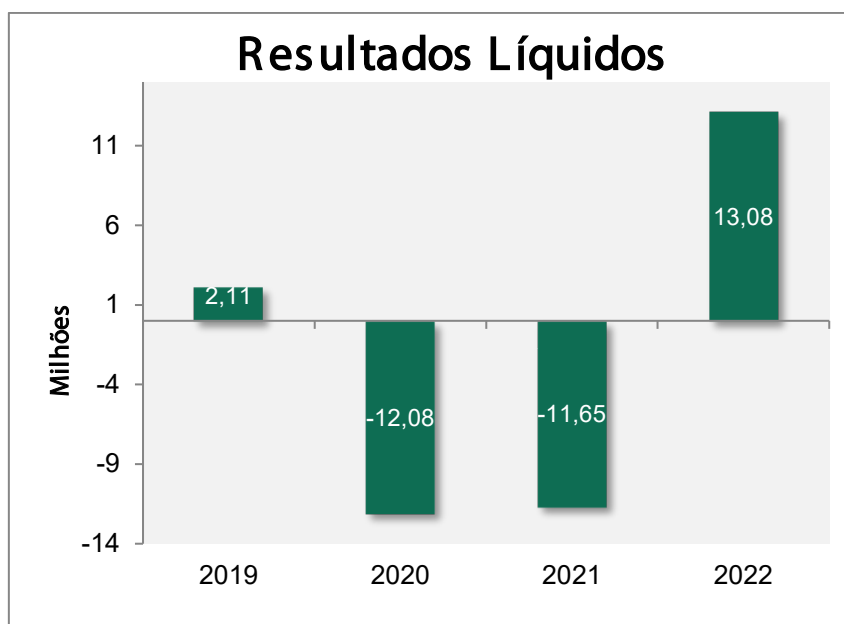
Após dois anos atípicos caracterizados pela pandemia que enfrentamos, o exercício de 2022 já se pautou por alguma normalidade no sentido de recuperação para níveis de actividade que se aproximassem dos valores de 2019, mas no que respeita aos casinos físicos, ainda bastante aquém devido aos efeitos económicos e sociais negativos decorrentes da covid-19 e consequentes confinamentos.

Neste enquadramento de retoma (lenta) de actividade a Solverde conseguiu um volume de negócios de 136,57 milhões de euros, 60% acima do valor obtido em 2021 mas apenas 14% mais que em 2019. Tal acréscimo deveu-se, fundamentalmente, à performance do casino online que facturou 48 milhões de euros (crescimento de 288% face a 2019) e do sector de hotelaria que suplantou os números de 2019. Já os casinos de Espinho, Algarve e Chaves, embora tenham visto crescer as receitas muito significativamente face a 2021, os valores atingidos em 2022 situaram-se em 16 milhões inferiores ao último exercício pré-pandemia.

Se é bem verdade que o alívio das circunstâncias inerentes à pandemia foram um motivador da ansiada recuperação económica também não podemos esquecer os efeitos nefastos (e que se prolongam) pelo rebentar da guerra na Ucrânia e as repercussões desta a nível mundial com especial ênfase no escalar dos preços de petróleo e da energia contagiando toda a cadeia alimentar e de distribuição bem como aumentando brutalmente os custos de produção industrial.

Os Casinos não escapam a estas consequências, derivando a diminuição do rendimento disponível dos particulares numa quebra nas verbas despendidas em áreas como o lazer e o turismo.

Ainda assim, beneficiando de um rigoroso controlo de custos e de algumas medidas compensatórias decorrentes do acordo com o Governo que prolongou as concessões de Espinho e Algarve por dois anos, até 2025, e, sobretudo tendo em conta a performance do casino online, a Solverde obteve um resultado líquido de 13 milhões de euros, bastante positivo, mas insuficiente para colmatar os dois últimos exercícios deficitários (na pandemia).



1.1 Exploração do Jogo

1.1.1 Espinho

No ano 2022, assistiu-se a uma lenta mas constante recuperação dos efeitos devastadores da pandemia da COVID-19. Esta recuperação foi evidente em muitos sectores da economia, incluindo a indústria do jogo, que sofreu muito durante a pandemia.



Globalmente, a recuperação do Casino Espinho em 2022, é uma prova da resiliência da indústria do jogo e da sua capacidade de adaptação à evolução das circunstâncias.

Os eventos e acções promocionais foram também importantes para atrair os nossos clientes para as nossas Salas de Jogo. Em 2022, o Casino Espinho organizou várias acções na sala de jogo, que encorajaram os clientes a visitar o Casino e a tentar a sua sorte.

Mencionamos algumas das principais acções que realizamos:

- **Torneio de Máquinas** – Em 2022 decidimos mudar o nosso conceito do torneio de máquinas e ao invés de fazermos um principal no final do ano, decidimos fazer três, de Março a Junho, de Julho a Setembro e por fim, de Outubro a Dezembro. Esta dinâmica faz com que o torneio se prolongue pelo ano todo, mais acessível e mais interessante para os nossos clientes. Demos prémios como viagem às Maldivas no 1º torneio, Moto, Bicicleta e Trotinete Eléctrica no 2º e no 3º fomos mais inovadores pois oferecemos um cartão pré-pago com 4.000€. Estes torneios são para todos os clientes que acumulem pontos Solverde, seja proveniente das máquinas ou dos jogos tradicionais.

- **Poker** – Continuamos com o já reconhecido Four Seasons e mantivemos o nosso cash game diariamente. SPS, a primeira, terceira e quarta etapas foram em Espinho, totalizando em média 300 jogadores por torneio. Como é habitual, terminamos o ano com o Main Event SPS, uma festa do Poker onde decorrem vários torneios em simultâneo passando nas nossas mesas mais de 750 jogadores. Na primavera fizemos Welcome Spring com duração de 5 dias e de 200 inscrições, torneio esse muito apreciado pelos jogadores. Retomamos o ECT e a primeira etapa foi em Espinho.

- **Páscoa** – Nesta semana reactivamos ViaSolverde, jogadores que vivessem entre 20km e 30km do Casino era-lhes atribuído 0,5€ Solverde e no caso de distâncias superiores 1€. Fizemos também na mesma semana acção promocional Golden Eggs, onde demos 6 prémios diários a clientes que estivessem a jogar máquinas ou bancados e 1 prémio por dia aos jogadores do bingo, que se dividiam entre jantares, cartões combustível e cartões DÁ.

- **Magical Summer** – Acção promocional de Verão de 01 a 31 de Agosto, com um sistema "random picker", nas máquinas e jogos tradicionais, foram entregues 186 prémios, 6 por dia no casino.

- **Eventos** – Continuamos a apostar em espectáculos com vários artistas consagrados do panorama em Portugal, tais como, Herman José, Bárbara Tinoco, Os Quatro e Meia e João Só Convida. Durante todo o ano no Baccará, realizamos espétáculos de comédia, tributos, noites de fado e várias gastronomias. Em Março, estreamos o Bohème The Show. Estas galas e shows dão uma visibilidade importante para a potencialização e fidelização de clientes.

- **Magical Wheel** - Acção promocional de Natal de 01 a 31 de Dezembro, com um sistema "random picker", nas máquinas, jogos tradicionais e bingo é sorteado um cliente. Esta acção foi uma novidade pois o cliente escolhido poderia jogar numa roleta americana e o prémio dependia da aposta que o mesmo fizesse. Foi bastante apreciado pelos nossos clientes pois os prémios eram cabazes.

No decorrer do ano, nunca deixamos de ser activos com pequenas acções promocionais, destacamos a celebração do Dia da Mulher com oferta de espumante e brigadeiro a todas as mulheres e triplicação de pontos às portadoras do cartão privilege. Em Abril realizamos o Lucky Slots, tínhamos 33 máquinas assinaladas, sorteávamos 6 vezes por dia e ao jogador que estivesse a jogar com o cartão privilege os pontos eram-lhe duplicados feitos até ao momento. Nos meses de Maio e Setembro realizamos o Pódio Privilege e tivemos 2209 e 1379 participações respectivamente. São Martinho e Black Friday também foram dias de destaque. O Mundial do Qatar foi uma acção inovadora, os clientes poderiam apostar nos resultados dos jogos do dia seguinte com uma acção simples ganhando quando acertavam pontos a dobrar ou então poderiam arriscar mais e fazer uma aposta composta, que consistia em apostar em equipas que chegassem aos oitavos | quartos | meia e final e assim ganhariam um cartão pré-pago com 5.000,00€.

Para terminar, em Setembro deslocamos os jogos tradicionais para o 3º piso, layout semelhante ao da pré-pandemia e em Outubro criamos no 5º piso uma nova sala de bingo. Nas máquinas continuamos a apostar nas zonas temáticas e no 4º piso lançamos a nova zona chinesa.

Em termos globais 2022 registou um aumento de 54,34% totalizando 37.462.367,03 euros (em 2021: 24.272.395,55 euros).

- Os jogos de máquinas registaram um aumento de 54,95%, totalizando 31.667.483,43 euros (em 2021: 20.437.176,05 euros). O aumento do volume de jogo foi de 60,50% fixando-se em 525.326.245,41 euros (em 2021: 327.301.030,72 euros).
- Os jogos de mesa registaram um aumento de 50,27%, totalizando 5.284.762,00 euros (em 2021: 3.516.831,50 euros).
- O jogo de Bingo registou um aumento de 60,22%, totalizando 510.121,60 euros (em 2021: 318.388,00 euros).
- O póquer não bancado o aumento da receita foi de 121,60 % totalizando 504.493,00 euros (em 2021: 227.660,50 euros).

1.1.2 Algarve

O ano de 2022 foi, já o ano do início da recuperação económica depois de 2 anos de completo retrocesso, dada a grave crise provocada pela COVID 19, que assolou o país e o mundo.

Os Casinos do Algarve, tiveram que se adaptar a uma nova realidade, para minimizar os efeitos negativos de dois anos na economia e na sociedade em geral.

Não só quanto à alteração de hábitos dos frequentadores provocada por períodos de confinamentos prolongados, restrições de circulação e outras, mas também nas consequências trazidas pelas dificuldades económicas, que a pandemia gerou nos orçamentos das empresas, muitas delas que se viram obrigadas a encerrar, com todas as repercussões nefastas, no poder de compra de todos.

A região do Algarve, e em especial os Casinos do Algarve, é muito sensível a factores externos, em virtude do seu turismo internacional e nacional de características muito sazonais, facto que levou a direccionar os esforços de gestão, para acções que proporcionassem o aumento de visitas e entradas nos Casinos.

Assim, ajustaram-se os horários de funcionamento, a esta nova realidade consequência da alteração dos hábitos dos frequentadores.

Os largos meses de confinamentos, levaram a que a procura pelos momentos de lazer, não se prolongassem pela noite dentro e assim, os horários de funcionamento dos Casinos do Algarve acompanharam essa alteração de hábitos.

Esses esforços foram recompensados com um aumento de 108.61% de entradas nos 3 casinos do Algarve, justificando plenamente a aposta na abertura das suas salas o público mais cedo e encerrando as actividades também mais cedo.

Depois de praticamente 2 anos sem qualquer atividade, dadas as medidas sanitárias impostas, o Poker regressou novamente aos Casinos do Algarve, quer na sua vertente de torneios, quer na sua vertente de Cash Games, atraindo desta forma mais frequentadores que assim contribuíram para o início da recuperação de resultados.

Um novo jogo de mesa foi introduzido, o Ponto e Banca, no Casino de Vilamoura, para também dinamizar este sector de exploração e atrair um novo tipo de frequentadores.

Estas medidas, permitiram que os jogos de mesa tivessem um crescimento de 130.98% nas suas receitas, face ao ano anterior, o que é significativo, mesmo tendo em consideração que no ano anterior existiram períodos de encerramento de actividade.

Já nas Slot Machines, foi feito um investimento consciente e limitado com a aquisição de 22 máquinas de jogo, para manter o parque de Máquinas actualizado com modelos da mais elevada tecnologia e jogos inovadores.

Estas apostas em modernização, aliadas a várias acções promocionais através do Privilege Club a que se juntaram novamente os Torneios de Slot Machines que haviam sido suspensos pelas medidas preventivas na contenção da Pandemia, levaram a que os resultados dos Casinos do Algarve do sector de Slot Machines tivesse um aumento de 91.45% nas suas receitas face a 2021.

Dos 3 Casinos do Algarve, o que mais se destacou no aumento das suas receitas, foi o Casino de Vilamoura, com um aumento de 102.81% nas Slot Machines e 129.56% nos jogos de mesa, num crescimento total de 106.32% face ao ano anterior.

Com tudo isto, o ano de 2022 confirmou-se como o ano de viragem de dois anos consecutivos de retrocesso dramático nas receitas e resultados, aproximando-se já dos valores pré-pandemia.

Mais importante que os crescimentos quase astronómicos face a um dos piores anos da vida dos casinos portugueses, importa ressaltar que o nível de receitas de jogo dos casinos do Algarve do último semestre de 2022 foi já praticamente idêntico ao de 2019.

Para 2023, salvo qualquer crise económica a nível global, prevemos um aumento das receitas de jogo para valores superiores aos do triénio pré-pandemia (2017/2019), o que representará voltarmos ao nível de actividade de “cruzeiro”.

1.1.3 Chaves

O ano de 2022 pautou-se por ser um ano de transição pós-pandemia COVID19, com o primeiro semestre ainda muito influenciado por esta, tendo, no entanto, os efeitos da mesma praticamente desaparecido durante o segundo semestre do ano, permitindo uma melhoria significativa dos indicadores do Casino.

O ano iniciou com uma performance tímida, dada a ainda volatilidade da situação sanitária do País, tendo paulatinamente vindo a recuperar ao longo do mesmo, à medida que essas condições melhoravam e que as autoridades governamentais procederam à reavaliação das medidas restritivas.

Tal permitiu um gradual melhoramento da performance dos indicadores ao longo do ano, culminado em resultados que de alguma forma são bastante favoráveis tendo em conta a complexa situação económica que se atravessou.

Em termos **comparáveis 2021-2022**, os resultados (receitas brutas), tiveram uma variação na ordem dos 71,93% relativamente ao ano transacto, totalizando um valor de 7.241.684,12 euros.

Os jogos de máquinas registaram um aumento de receitas de 71,78% (6.462.004,12 euros), que reflectem o aumento do volume de jogo (créditos jogados) na ordem dos 83,76%.

Os jogos de mesa, bancados e não bancados, registaram um crescimento homólogo de 73,15% (779.680,00 euros) nas receitas brutas, acompanhando o acréscimo de 72,31% nas vendas desta tipologia.

As entradas de clientes na sala de jogo do Casino Chaves em 2022 cresceram 70,31% em relação ao ano anterior.

Estes resultados reflectem taxas de crescimento influenciadas pelos períodos de encerramento a que o Casino Chaves esteve sujeito durante o ano de 2021 decorrentes das medidas de combate à pandemia. Como tal é também importante apresentar os resultados comparáveis de 2022 em relação a 2019, último ano sem qualquer influência dos efeitos da crise sanitária.

Assim, em termos **comparáveis 2019-2022**, os resultados (receitas brutas), tiveram uma variação na ordem dos -10.51% relativamente ao ano de 2019.

Os jogos de máquinas registaram um decréscimo de receitas de 6,23%, que reflectem o decréscimo do volume de jogo (créditos jogados) na ordem dos 1,20%.

Os jogos de mesa, bancados e não bancados, registaram um decréscimo homólogo de -35,10% nas receitas brutas, muito embora o decréscimo de apenas 2,11% nas vendas desta tipologia.

As entradas de clientes na sala de jogo do Casino Chaves em 2022, comparativamente a 2019, decresceram 31,28%.

Ao que à promoção de eventos diz respeito, 2022 permitiu a retoma dos programas de animação regulares que tanto agrado trazem aos clientes da unidade e que permitem a captação e divulgação da mesma de forma mais regular junto do mercado. A aposta numa programação variada de eventos, da gastronomia aos concertos e da comédia à música ao vivo de forma semanal, revelou a notoriedade do Hotel Casino Chaves dada a elevada adesão do público a estas iniciativas. Não sendo exaustivo nas acções efectuadas, não se deixa de destacar os concertos de grandes figuras do panorama artístico nacional, como “Os Quatro e Meia”, “Áurea”, “Fernando Daniel” e “Carolina Deslandes”, que tiveram uma adesão absoluta por parte dos clientes.

No campo promocional específico do jogo, o esforço promocional passou pelo lançamento de acções de campanha de *reward* para os clientes, fomentando a adesão ao cartão Privilege Club e retornando prémios de valor acrescentado para os melhores clientes, como o “Jackpot Privilege 2022”, torneio continuado de máquinas que decorreu durante o ano e que premiou os clientes com vários prémios, inclusive um automóvel eléctrico na final e a acção “Cabazes de Natal”, que permitiu a entrega de 40 cabazes de natal a clientes de maior valor que nos visitaram durante a época natalícia.

As ofertas a clientes do jogo cifraram-se em 2022 num total de 1,89% das receitas brutas.

Relativamente a investimentos em equipamentos de jogo, durante o ano em apreço efectuou-se a consolidação contabilística de equipamentos (máquinas de jogo) instaladas em 2021 em período experimental, que muito contribuíram para a performance de resultados. Foram efectuados alguns ajustamentos na oferta através da conversão de *kits* de jogos em equipamentos já à exploração, melhorando o *mix* e indo ao encontro dos indicadores de procura do mercado. Foi também promovido o reajustamento dos espaços de jogo da sala de jogo, revertendo as alterações que por força da pandemia haviam sido efectuadas em 2020, adoptando espaços mais confortáveis para os clientes e com lógicas mais consentâneas com as melhores práticas na óptica da exploração.

Dado o ainda nível de incerteza com que o ano decorreu, optou-se por prudência em investimentos mais avultados, aguardando um período de maior estabilidade para a retoma da estratégia de melhoria da oferta no propósito de potenciar permanentemente os resultados da unidade.

1.1.4 Jogo Online

O mercado nacional de apostas desportivas e jogos de fortuna ou azar online foi, durante o ano de 2022, marcado por uma forte e crescente concorrência, incluindo internacional. Assim, neste mercado e durante o ano de 2022 registavam-se 15 operadores licenciados dentro os quais a Solverde.pt.

No ano de 2022, a Solverde.pt manteve a trajectória de crescimento registada nos anos anteriores.

Este crescimento da Solverde.pt alicerçou-se na inovação tecnológica e alargamento da oferta de jogos, acompanhados por campanhas de bónus muito competitivas. Este objectivo foi claramente conseguido, tendo a Solverde.pt, no final do ano de 2022, a maior e mais inovadora oferta de jogos do mercado, com mais de 1850 jogos e mais de 400.000 utilizadores registados, números estes que, de acordo com as pretensões, continuarão a evoluir. De destacar, ainda, o investimento realizado no novo design do portal da Solverde.pt, mais moderno e apelativo, tendo como principal objectivo a optimização da experiência de utilização.

Relativamente às apostas desportivas, destaca-se a oferta de apostas com as melhores “odds” nos mercados mais relevantes das principais competições e, ainda, oferta de mercados exclusivos e campanhas inovadoras.

No que concerne ao jogo responsável, a Solverde reforçou as suas políticas neste domínio, investido, nesta sede, em software já integrando a inteligência artificial. Adicionalmente, foi ministrada formação específica a todos os colaboradores que lidam directamente com os utilizadores, tendo sido criada uma equipa especializada no tratamento desta matéria.

Na área do Marketing importa realçar que no ano de 2022, a Solverde.pt cumpriu o investimento inicialmente previsto, reforçando a sua presença nas redes sociais e incrementando o número de parcerias. Durante este ano, a Solverde.pt também lançou diversas campanhas de marketing mantendo a sua presença assídua nos diferentes meios de comunicação, desde canais televisivos, imprensa, rádio, redes de publicidade exterior, canais digitais e redes sociais – esta última com particular enfoque na parceria com Youtubers, com vista a alargar a tipologia de público-alvo.

De notar também que, para além do Sporting Clube de Espinho, a Solverde.pt patrocinou 9 clubes de futebol da 1ª e 2ª ligas, fortalecendo, desta forma, o apoio da marca ao desporto. Dentro da dinâmica de patrocinador, foram levadas a cabo acções de promoção da marca no interior dos estádios, com ampla divulgação televisiva, assim como passatempos, nas redes sociais, relacionados com a temática. De assinalar, ainda, a presença no principal festival de música em Portugal, o “NOS Alive” com um ponto de activação de marca que contou com a participação directa de mais de 5.000 visitantes do evento.

Finalmente, e no que tange aos recursos humanos da Solverde.pt, é de referir que o quadro de pessoal especializado superou o número de 60 funcionários actuando nas diferentes áreas. A este propósito, importa destacar a criação de uma equipa especializada e totalmente dedicada à detecção de fraude e actividade de branqueamento de capitais.

1.2 Animação e Restauração

1.2.1 Espinho e Chaves

O exercício de actividade do pelouro de animação do ano de 2022, foi de retoma, influenciado ainda pelo período pós pandémico, que não permitiu o regular funcionamento das nossas salas.

Ainda assim, mal as directrizes o permitiram, realizaram-se concertos e espectáculos nos dois espaços a Norte.

Assim sendo, o Casino de Espinho teve concertos de Fernando Daniel, Herman José, Berg, Paulo de Carvalho, Carolina de Deus, Mariza, entre outros. De destacar a produção de um nosso espectáculo, em regime de exclusividade, de seu nome "Boehme, le Show".

Também o Hotel Casino de Chaves, levou a palco vários espectáculos como, Carolina Deslandes, Fernando Mendes, Lucky Duckies, entre outros.

O esforço feito em manter os nossos espaços abertos, respeitando as directrizes emanadas pelas entidades da tutela, serão concertiza recompensadas num futuro próximo, retomando a Solverde o seu papel fundamental na prestação de serviços de qualidade, que nos serve de lema e direcção.

1.2.2 Algarve

Desde o início de 2022, que pretendíamos, gradualmente, colocar o nível do investimento nos sectores de animação e cultura alinhado com o de 2019, de forma a se conseguir recuperar o negócio e a atração de clientes para níveis pré-pandemia. Assim, continuámos a apostar na qualidade dos serviços prestados e preferencialmente melhorar a experiência de todos os nossos clientes.

Os Casinos do Algarve produziram, durante o ano de 2022, um grande espetáculo denominado “Women Power”. O espetáculo estreou no mês de Março e permaneceu em exibição nos 3 casinos durante todo o ano de 2022. Apresentado por um elenco de artistas internacionais, destacou-se pela qualidade reconhecida pelos nossos clientes que se traduziu na afluência de público.

Manteve-se a decisão estratégica de opção pela apresentação do espetáculo quatro dias por semana em Vilamoura, deslocando-se às outras unidades um dia por semana e para jantares de grupo e ocasiões especiais.

O restaurante Miralago, no Casino de Vilamoura, manteve o seu funcionamento com abertura ao público cinco dias por semana, encerrando normalmente às segundas e terças-feiras.

No Casino de Monte Gordo, o restaurante Oceano, esteve aberto cinco dias por semana de Junho a Setembro, encerrando normalmente às segundas e terças-feiras. Nos restantes meses do ano esteve aberto quatro dias por semana, encerrando de segunda a quarta-feira.

O restaurante Aladino do Hotel Algarve Casino funcionou todos os dias do ano.

Para além da apresentação do espectáculo “diário”, os Casinos do Algarve trouxeram à região Algarvia artistas de renome, cujas atuações proporcionaram momentos culturais inesquecíveis, como foram os casos de:

- Tributo aos Queen
- Tributo aos Beatles
- Fernando Pereira
- Al Mouraria
- Tributo a Tina Turner

Por questões de redução de custos, mas mantendo o intuito de atrair clientes aos casinos, a animação concentrou-se nos eventos gastronómicos.

Nas Noites Gastronómicas Internacionais, denominadas “SABORES DO ORIENTE” estiveram representadas nos Casinos do Algarve as cozinhas Tailandesa e Japonesa.

Nas Noites Gastronómicas Tradicionais Portuguesas, denominadas “SABORES DE PORTUGAL” tivemos as cozinhas do Alentejo e Serra da Estrela.

Adequando o nível de colaboração e apoio a um período ainda com reflexos da crise mas mantendo a sua estratégia de cooperação com as entidades que organizam os mais variados eventos sociais, culturais e desportivos, a Solverde esteve presentes nos seguintes eventos:

- Galas de Beneficência Lions Clube de Vilamoura;
- Gala da Academia de Dança de Albufeira;
- Algarve Classic Cars;
- Torneio de Golf – Expresso BPI Golf Cup 2022;
- Rallye Casinos do Algarve
- Torneio de Golf Hotel Algarve Casino 2022,
- XXXIV Grande Troféu de Vilamoura
- XIX Circuito Casinos Solverde (Golf)
- Grande Prémio de Portugal de MotoGP 2022

Para o próximo ano esperamos manter, ou se possível, aumentar o nível de investimentos e de realizações desta área, de forma a recuperar totalmente o que perdemos em 2020 e 2021.

1.3 Hotelaria

1.3.1 Hotel Solverde Spa & Wellness Center

Ultrapassada a crise provocada pela pandemia, o ano de 2022 no sector do turismo registou a nível nacional um crescimento sustentado, face a 2019. O destino Porto reconhecido internacionalmente como destino seguro e de eleição, em 2022 a procura em termos globais manteve-se a níveis idênticos ao ano de 2019.

No entanto em 2022 registou-se a abertura de novas unidades hoteleiras de 5 estrelas nomeadamente em Vila Nova de Gaia o que implicou uma maior dispersão de clientes. O Hotel Solverde SPA & Wellness Center, acompanhou a tendência do mercado tendo obtido uma receita líquida em termos de alojamento de 3.186.244,00 euros, representando menos 0,71% do que no ano de 2019. De referir que em 2019 recebemos um evento/grupo excepcional, sem qualquer previsão de continuidade que por si só inflacionou a receita líquida de alojamento ao ano de referência.

A taxa de ocupação de 2022 foi inferior ao ano de referência, em (4,39%), no entanto o preço médio por quarto das reservas aumentou em 8,97% face a 2019, atingindo o valor de 107,09 euros. Em 2022 em termos de Health Club registou-se um crescimento de 6,53% face ao ano de 2019. No ano de 2022 o Hotel Solverde SPA & Wellness Center recebeu 50.095 clientes. O mercado Nacional teve um forte contributo (37,9%); Espanha (16,82%), França (10,12%); Alemanha (6,51%); Reino Unido (4,06%); Estados Unidos



(2,75%); e Holanda (2,25%). O mercado dos Estados Unidos tem vindo a crescer, fruto das acções promovidas pelo Turismo de Portugal.

O Hotel Solverde SPA & Wellness Center apresenta um resultado líquido de exploração negativo de (497.538,00 euros), provocado essencialmente por dois factores, o aumento do custo da energia que duplicou face a 2019, (pese embora se ter conseguido diminuir o consumo), como também pela pressão sobre custo das matérias primas.

Em conclusão o ano de 2022 caracteriza-se por ter sido um bom ano em termos de estratégia tendo conseguido acompanhar o mercado, mesmo expurgando a falta de eventos excepcionais como o do ano 2019. As previsões para 2023 serão de continuar com a estratégia implementada em 2019 apostando fortemente em mercados não tradicionais e em ascensão, fortalecendo as relações com os já nossos parceiros como em novos na promoção do Hotel Solverde SPA & Wellness Center.

1.3.2 Hotel Apartamento Solverde

Durante o ano de 2022 o Hotel Apartamento Solverde recebeu 44.012 clientes, registando assim um aumento de 9,38% relativamente a 2019 em que recebeu 39.885, ano anterior à pandemia e que constitui o termo de comparação.

Na taxa de ocupação verificou-se um aumento de 7,97%, apresentando em 2022 um valor de 64.05% contra os 59,32% de 2019.

O preço médio por apartamento ocupado revelou uma subida de 3,71%, tendo em 2022 um valor líquido de 80,77 enquanto em 2019 foi de 77,88 euros.

As receitas totais de alojamento em 2022 foram de 1.586.256,93 euros face aos 1.416.533,43 de 2019 o que representou um aumento de 11,98%.

Após dois anos de restrições e constrangimentos significativos no normal desenrolar do negócio hoteleiro, o ano de 2022 acabou por representar um regresso à normalidade do comportamento dos mercados e fluxos turísticos apesar das dúvidas que a nova situação internacional colocava. Ainda que as expectativas fossem no sentido de uma progressiva aproximação à realidade pré pandemia, o aumento de ocupação e receita em comparação com 2019 representou um bom resultado algo inesperado.

Os indicadores de gestão vão no sentido de que o ano 2023 tenderá a continuar o desempenho de 2022 e a ser a continuidade da situação anterior a 2019. Embora a realidade económica actual e a manutenção da situação política internacional insira elementos negativos para o negócio e de alguma incerteza quanto à viabilidade de se manter a normalidade de funcionamento do Hotel, espera-se um ano com bons resultados.

1.3.3 Hotel Algarve Casino

O sector do turismo, em 2022, sentiu uma recuperação notável face ao impacto devastador que a pandemia provocou nos últimos dois anos. Assim, à medida que as restrições foram gradualmente aliviadas, o Algarve assistiu a um aumento significativo na procura, ultrapassando assim os níveis registados antes da pandemia. O Hotel Algarve Casino seguiu essa tendência tendo superado a média do sector, e obteve um resultado líquido de exploração de 1.648.080,00 euros em 2022.

O retorno à normalidade e o aumento da necessidade de as pessoas viajarem contribuiu para o impulso do turismo, gerando resultados muito positivos. A taxa de ocupação de 2022 excedeu o ano de referência, 2019, em 0,46%, demonstrando um ligeiro crescimento. Paralelamente, o preço médio das reservas também aumentou, numa subida de 25,16% face a 2019, atingindo um valor de 140,98 euros.

O preço médio na hotelaria tem registado um aumento acentuado, o que é consequência do incremento do número de turistas. Em 2022 o Hotel Algarve Casino recebeu 79.949 clientes. No período em análise, os dados comprovam que o mercado nacional teve um forte contributo, representando (28,48%), seguido de Reino Unido (16,67%), Alemanha (5,59%), Espanha (5,48%) e Irlanda (5,17%). A realização de vários eventos no Autódromo Internacional do Algarve, como o Moto GP, Algarve Classic Festival, European Le Mans Series, entre outros, foram cruciais para a região e para o sucesso do hotel mesmo durante a época baixa - média.

Adicionalmente, os festivais de música realizados na praia da Rocha desempenharam um papel importante para aumentar a atractividade da região e aumento de receitas na zona de Portimão.

A Solverde também contribuiu para a visibilidade da região, organizando eventos como o Rallye Casinos do Algarve e o Torneio de Golfe Solverde, que fomentaram a movimentação tanto no hotel quanto no destino.

O ano de 2022 foi um ano especialmente bom em termos de receitas, e a expectativa é de que essa evolução possa continuar em 2023. A procura pelo destino também cresceu, e o objetivo é atrair ainda mais turistas, mantendo o foco em mercados em ascensão, como o norte-americano. Contudo, um dos principais desafios operacionais será enfrentar a escassez e aumento do custo dos recursos humanos, matérias-primas e energia, que tem sido cada vez mais preponderante.

Também neste ano, o Hotel Algarve tem como prioridade aprimorar a sua reputação online e aperfeiçoar a gestão estratégica de preços e clientes. Para alcançar esses objectivos, a Solverde recentemente adquiriu ferramentas avançadas, e a sua aplicação será transversal a toda hotelaria.

1.3.4 Hotel Casino Chaves

Este documento tem como referência no que respeita ao comparativo o ano de 2019, por ter sido esse ano em que a actividade do sector e da nossa Unidade em particular não sofreu qualquer interrupção no funcionamento, esta premissa demonstra objectivamente os resultados e os dados da gestão.

O ano de 2022 foi um ano afectado pela crise económica associada a dois anos de pandemia e ao início da guerra Rússia – Ucrânia que fez com que a taxa de inflação média anual em Portugal se fixasse em 7,8% em 2022, a mais alta desde 1992.

Os proveitos totais da hotelaria do Hotel Casino de Chaves foram em 2022 de 1.783.732 euros, representando um resultado de -1,59 % face ao ano de 2019 (1.812.606 euros).

Os proveitos foram distribuídos da seguinte forma:

- Alojamento 1.116.482 euros em 2022, contra os 1.137.426 registados em 2019, apresentando um decréscimo de 1,84 %.
- Comidas e Bebidas cresceram 4,22 % apresentando em 2022 538.450 euros, comparativamente aos 516.520 registados em 2019.
- Outras receitas (Aluguer de salas e Health Club & Spa) tiveram uma diminuição de 18,74 % registando em 2022 128.801 euros contra os 158.511 de 2019.

Face à crise económica instalada em 2022 tivemos uma diminuição 11,23 % da taxa de ocupação apresentando 44,84%, tendo sido em 2019 de 56,07%%. Já o preço médio cresceu 22,70 % situando-se nos 87,46 euros em 2022, face aos 71,28 de 2019.

No exercício do ano 2022 o Hotel Casino de Chaves recebeu 27.920 Hospedes, registando um decréscimo de 21,12 % comparativamente a 2019 em que se recebeu 35.396.

A capacidade de captação dos mercados emissores em 2022 sofreu alterações ligeiras face ao ano de 2019, estando distribuída da seguinte forma, Portugal 77% (manteve), Espanha 6% (decreceu), França 6%(cresceu), Estados Unidos da América com 2% (cresceu), Outros 9% (Suíça, China, Br, UK,D,...).

O ano de 2022 com a subida do Grupo Desportivo de Chaves à Primeira liga de futebol, conseguimos entrar no segmento desporto tendo captado várias equipas para ficarem alojadas na nossa Unidade nos estágios pré-jogo.

No que se refere à realização de eventos (MI) ocorreu um aumento significativo na procura dos eventos empresariais.

Por último, 2023 iniciou-se com a pandemia controlada pelo processo de vacinação, havendo apenas alguns focos, que ainda afectaram internamente a gestão dos recursos humanos em determinados períodos e sectores.

Nos primeiros dois meses verificou-se um crescimento dos proveitos para valores superiores a 2022. É expectável que a retoma gradual se mantenha. Contudo a crise geopolítica continua sem uma perspectiva de um fim da guerra na Europa, cenário que no presente não nos permite ter uma concepção do real impacto e suas consequências, nas economias da zona euro, nomeadamente o posicionamento das taxas de juro, os níveis da inflação, a diminuição do poder aquisitivo no mercado nacional, que é o nosso maior mercado.

Um outro desafio à gestão é a implicação do desmesurado aumento verificado nos custos energéticos, sendo que já foram tomadas medidas no sentido de minimizar o impacto, algumas já implementadas e outras em fase de implementação, visando uma maior racionalização e o controlo desses custos. A retoma vai depender da forma e evolução dos dois factores externos.

1.4 Investimentos

Após dois anos completamente atípicos derivados da pandemia de covid-19, o ano de 2022 pautou-se por um regresso a uma normalidade que exigiu um nível de investimento mais próximo dos valores dos anos anteriores a 2020.

Assim, durante o exercício passado, o total dos investimentos efectuados pela Solverde atingiu o valor total de 4 milhões de euros sendo a maior fatia destinada a equipamentos de jogo nos diversos Casinos.

No Casino Espinho foram gastos 1,62 milhões de euros enquanto que na unidade de Chaves o valor rondou os 500.000 euros.

Já nos Casinos do Algarve, o valor atingiu os 610.000 euros cabendo 370.000 euros ao Casino de Vilamoura e o restante repartido equitativamente por Monte Gordo e Praia da Rocha.

No que respeita ao Casino Online da Solverde investimos cerca de 220.000 euros nomeadamente em programas e equipamentos informáticos.

Nas diversas unidades hoteleiras que constituem o nosso portfólio aplicamos cerca de 340.000 euros em variadíssimos tipos de equipamentos sendo de realçar pela dimensão o valor de 225.000 euros em obras no Hotel Solverde tendo em vista a instalação de painéis solares.

O restante valor foi investido um pouco por todas as unidades (Casinos e Hoteis) em diversos equipamentos de hotelaria e restauração, mobiliário, informática, renovação parcial do parque automóvel sendo, ainda, de relevar o dispêndio de cerca de 100.000 euros na instalação da nova sala de bingo agora localizada dentro do Casino de Espinho.

1.5 Relevação Contabilística

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística em vigor e na sequência da adopção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

As taxas de depreciação do Activo Fixo Tangível Próprio, conforme os Decretos – Regulamentares 25/2009 e 4/2015 e Leis 64-B/2011 e 82-D/2014, foram utilizadas em 50% do estipulado nas respectivas Tabelas Anexas. Este procedimento influenciou positivamente o resultado do exercício em 1.618.891 euros.

Contabilização, no Activo Fixo Tangível, dos bens adquiridos reversíveis para o Estado no final das concessões, sendo as respectivas depreciações efectuadas tendo em consideração os anos que faltam para o termo das mesmas.

A parte comparticipada pelo Estado na aquisição destes bens, em Espinho, foi contabilizada em Outras Variações do Capital Próprio, como Subsídio ao Investimento, de acordo com o estipulado no actual normativo contabilístico, sendo o respectivo rendimento diferido ao longo da concessão, resultando numa imputação para este exercício no montante de 2.485.901 euros.

Atendendo à natureza e situação de alguns processos pendentes sobre clientes e outros devedores, decidiu-se proceder ao reconhecimento de perdas e reversões por imparidades de dívidas a receber, tendo sido necessário reconhecer perdas no valor de 113.198 euros e reversões em 515 euros.

Em virtude dos prémios acumulados nas diversas Salas de Jogos, a pagar aos clientes, terem aumentado durante o exercício, foi decidido corrigir a sua provisão nesse sentido, no valor de 54.619 euros.

Dando cumprimento à NCRF 15 e em consonância com o método da equivalência patrimonial, procedeu-se ao reforço de uma provisão para outros riscos e encargos, no total de 3.970 euros, em virtude do Capital Próprio da associada Empes – Empresa de Publicidade de Espinho, Lda., continuar a apresentar valor negativo.

Na sequência dos aditamentos aos contratos de concessão das Zonas de Jogo de Espinho e Algarve, assinados em 10 de Março de 2022, onde os pagamentos das contrapartidas anuais foram suspensos, procedeu-se ao reconhecimento de rendimentos nos valores de 2.558.272 e 2.921.875 euros, relativos aos exercícios de 2021 e 2022 respectivamente.

2. EMPRESA ASSOCIADA

No que se refere à nossa empresa associada, cuja actividade monitorizamos de perto, destacamos como mais relevantes os seguintes factos sucedidos durante o ano 2022.

EMPES - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda

Os dados apurados demonstram uma evolução no resultado operacional face a exercícios anteriores. Ainda longe do equilíbrio desejado, o exposto resulta de um aumento dos rendimentos globais do título Defesa de Espinho e, de forma mais específica, da receita gerada por venda de publicidade.

Mantiveram-se os constrangimentos já conhecidos, com agravamento de despesas fixas (sobretudo custos de pessoal e impressão) e uma crescente dificuldade em gerar receitas adicionais, especialmente devido à lenta transição e geração de valor na componente digital.

No capítulo da despesa, verifica-se um agravamento na rubrica FSE, quase exclusivamente justificado pelo crescimento de 37% das despesas com a impressão do título. Embora fosse expectável uma evolução desse custo – como, de resto, se antecipava no relatório passado – não se previa uma conjuntura inflacionista tão agressiva e que penalizou outros gastos, designadamente ao nível dos consumos de energia.

Do ponto de vista da massa salarial, não tendo havido actualizações significativas, o valor apresentado resulta, no essencial, da integração de um estágio profissional na redação.

Em matéria de rendimentos, e na sequência da actualização dos valores praticados para assinaturas anuais, verificou-se uma evolução na receita obtida neste capítulo (+4,35%), pese embora a perda de subscrições registada, que esteve em linha com o exercício anterior.

A publicidade foi a rubrica que apresentou melhor desempenho neste domínio, com um aumento de receita na ordem dos 27,5%. A venda em banca recuou, face ao resultado positivo do ano transacto, com uma perda de rendimentos próxima de 14% - com a atenuante da edição gratuita, em comemoração dos 90 anos do jornal.

O resultado apurado no exercício foi negativo no montante de 5.035,39 euros tendo o imposto sobre o rendimento do exercício atingido 430 euros.

3. PLANO DE COMUNICAÇÃO

O ano 2022 fica marcado como o ano da retoma da nossa actividade total, embora isso não se reflectisse numa adesão em pleno por parte dos nossos clientes habituais e passantes. Os efeitos de dois anos marcados pela pandemia, não desapareceram no imediato.

Contudo, mantivemos a dinâmica desde o início do ano com aposta em eventos, animação e acções que garantiram fins-de-semana de muito boa oferta, no Casino Espinho.

Em Chaves focámo-nos em eventos de maior qualidade e notoriedade, que aconteceram pelo menos uma vez por mês na Sala Península, para além de música ao vivo, gastronomias e poker com uma agenda paralela.

A promoção de toda a actividade manteve alguns condicionalismos quanto ao budget alocado na comunicação, permitindo como alternativa, explorar mais e melhor as ferramentas digitais.

Especialmente na promoção de todas as actividades das nossas unidades hoteleiras, a aplicação dos budgets em marketing digital – Google Adwords + Social Media - resultou em níveis de facturação directa (sem intermediários / sem comissões) para valores nunca antes atingidos na hotelaria do Grupo Solverde. Na prática, o volume de negócio captado directamente via website gruposolverde.pt foi em 2022 o melhor de sempre. Mês após mês, superámos os meses homólogos de anos anteriores (exclui-se período Covid).

Fundamental nestes resultados, não só o trabalho da equipa mas o apoio de parceiros de negócios de há muitos anos, como é o caso da Emirec (Assessoria de Imprensa) com uma relação estreita e permanente com os media, e também da agora Mola (Rui Pedro Designer) que pensa, desenvolve e cria toda a comunicação do grupo, para além da Cision com o Clipping.

Nos Casinos de Espinho e de Chaves, foram implementadas várias iniciativas ao longo do ano já referidas atrás neste relatório, e como já vem sendo habitual: gastronomias, snacks, promoções associadas ao Privilege Club, passatempos, torneios de jogos, torneios de Poker, sorteios, etc, etc, etc cuja divulgação, dinâmica e aceitação tiveram bastante sucesso.

Sem dúvida destacamos no ano de 2022, os eventos, actividades e programação associados ao cinquentenário do Grupo Solverde, cujo ponto alto se concretizou num evento de celebração no Hotel Solverde, seguindo-se um Jantar de Gala no Casino Espinho, com actuação de Mariza, onde estiveram muitos convidados e amigos, figuras públicas, políticos, e onde também marcou presença Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Este dia, teve a maior cobertura mediática que alguma vez se verificou na Solverde, com a presença dos principais órgãos de Comunicação Social, entre televisões, rádios, jornais, Lusa, etc, a dar a devida e merecida visibilidade.

O ano de 2022 fica ainda marcado pelo regresso de um espectáculo “residente” ao Casino Espinho – Bohème – que esteve em cena desde Março até ao Verão e depois retomou em período antes e durante o Natal. Com uma forte adesão e aceitação, deixou portas abertas para no ano seguinte repetir a receita.

O bom período de Natal, habitual antes da pandemia, que se voltou a registar, foi seguido por mais um final de ano em grande com salas cheias tanto em Espinho como em Chaves.

Ao longo do ano fomos dando alguns apoios na forma de patrocínio a algumas entidades, cuja actividade aconteceu no Auditório do Casino Espinho, como foi o caso do FEST e do Cinanima e também a entidades com cariz mais cultural e/ou desportivo como são o caso dos S.C.Espinho e da A.A.Espinho, entre outros de menor expressão.

No golfe, a Solverde manteve o apoio à F.P.Golfe, ao Expresso BPI Golf Cup, para além de voltar com o seu circuito dos Casinos Solverde, reduzido e 3 provas mais um Final.

Mantendo ainda a tradição, organizou a Solverde Cup no Oporto Golf Club com, mais uma vez, uma enorme adesão de jogadores, muitos oriundos de Espanha, culminando numa cerimónia de atribuição de prémios, seguida por um jantar, no Casino Espinho.

4. EVOLUÇÃO PREVISIONAL

A manutenção da guerra na Ucrânia e as pressões inflacionistas a persistirem, fazem com que as perspectivas de crescimento económico sejam bastantes moderadas a nível internacional, com consequências directas na actividade em Portugal, como tem vindo a observar-se no aumento das taxas de juros que impactam não só nas empresas como também no rendimento dos portugueses, em especial naqueles com empréstimos junto das instituições financeiras, com realce para os encargos com os créditos à habitação.

As perspectivas de crescimento económico para Portugal não são muito animadoras (o Conselho Nacional das Finanças Públicas aponta para 1,2%) pelo que as estimativas que a Solverde assume para 2023 estão em consonância com este enquadramento.

Assim, embora haja algumas nuvens no horizonte, somos optimistas e consideramos planeável um crescimento positivo no volume de negócios, que deverá atingir os 140 milhões de euros proporcionando um resultado líquido positivo de 12 milhões de euros.

5. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2022, a Sociedade não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido Positivo do exercício de 2022, que ascendeu a 13.075.200,70 euros (Treze Milhões e Setenta e Cinco Mil Duzentos Euros e Setenta Cêntimos), seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

7. DISPOSIÇÕES LEGAIS

Nos termos do n.º 5, alínea h) do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de riscos financeiros inserem-se na política integrada de gestão de risco do Grupo Violas definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta.

8. AGRADECIMENTOS

Aos membros do Governo, do Turismo de Portugal, da Inspeção Geral de Jogos e a todas as demais entidades oficiais, autárquicas e privadas que desenvolveram relacionamentos com a Solverde, o Conselho de Administração faz um voto de agradecimento pela prestimosa colaboração dispensada.

A todos os colaboradores da Sociedade manifestamos o nosso reconhecimento pelo empenho e pela colaboração demonstrados.

Ao público em geral, agradecemos a preferência que continuou a dar aos nossos serviços.

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá



Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Anexo I ao Relatório Anual de Gestão – Período de 2022**Publicidade das participações no Capital Social dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade**

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais informa-se que, em 31 de Dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais pessoas referidas no nº 2 do mesmo preceito não detêm acções da Sociedade.

Anexo II ao Relatório Anual de Gestão – Período de 2022

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 448º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, segundo os registos da Sociedade e as informações recebidas, é a seguinte lista dos Accionistas detentores de pelo menos 1/10 do Capital Social:

	% Detida	
	2022	2021
VIOLAS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	93,67%	93,67%

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RUBRICAS		NOTAS	DATA	
			31/dez/22	31/dez/21
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	5	53 452 101	61 438 265	
Propriedades de investimento	6	0	0	
Activos intangíveis	7	6 311 088	11 884 360	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	40 240	40 240	
Outros investimentos financeiros	9	177 640	145 095	
Caixa e depósitos bancários	4	2 787 137	2 637 137	
		62 768 206	76 145 097	
Activo Corrente				
Inventários	10	1 016 809	941 182	
Clientes	11	414 182	373 886	
Estado e outros entes públicos	12	4 135 370	3 155 087	
Outros créditos a receber	13	30 348 437	27 548 026	
Diferimentos	14	623 801	470 721	
Caixa e depósitos bancários	4	22 052 448	6 752 902	
		58 591 047	39 241 803	
		121 359 253	115 386 900	
Total do activo				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	15	30 000 000	30 000 000	
Ações próprias	15	(3 221 839)	(3 221 839)	
Reservas legais	15	5 313 545	5 313 545	
Outras reservas	15	62 105 188	62 105 188	
Resultados transitados	16	(36 062 375)	(24 416 866)	
Excedentes de revalorização	17	9 460 927	9 460 927	
Ajustamentos em activos financeiros	18	85 149	85 149	
Outras variações no capital próprio	19	2 831 548	4 625 777	
Resultado líquido do período	20 ; 35	13 075 201	(11 645 509)	
Interesses que não controlam		0	0	
		83 587 344	72 306 372	
Total do capital próprio				
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	21 ; 30	2 339 045	2 280 456	
Financiamentos obtidos	22	494 000	1 140 000	
Estado e outros entes públicos	12	0	0	
		2 833 045	3 420 456	
Passivo corrente				
Fornecedores	23	3 412 735	2 690 178	
Adiantamentos de clientes	11	245 096	461 214	
Estado e outros entes públicos	12	4 224 366	5 684 994	
Financiamentos obtidos	22	20 728 000	26 630 106	
Outras dívidas a pagar	24	6 309 251	4 174 138	
Diferimentos	14	19 416	19 442	
		34 938 864	39 660 072	
		37 771 909	43 080 528	
Total do passivo				
Total do capital próprio e do passivo				
		121 359 253	115 386 900	

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/22	31/dez/21
Vendas e serviços prestados	25	136 567 729	85 191 656
Subsídios à exploração	26	372 705	2 869 059
Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	0	0
Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	0	0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5 015 790)	(2 819 600)
Fornecimentos e serviços externos	27	(39 992 125)	(27 537 541)
Gastos com o pessoal	28	(24 920 604)	(20 405 461)
Perdas por Imparidade de dívidas a receber	29	(113 198)	(313 224)
Reversões de perdas por Imparidade de dívidas a receber	29	515	16 901
Aumentos de Provisões	21 ; 30	(84 027)	(750 590)
Reduções de Provisões	21 ; 30	25 438	61 150
Perdas por reduções de justo valor	31	0	(5 974)
Ganhos por aumentos de justo valor	31	20 225	0
Outros rendimentos	32	8 288 900	2 865 486
Outros gastos	33	(44 265 257)	(33 124 015)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		30 884 510	6 047 845
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6 ; 7	(17 654 731)	(17 039 248)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13 229 779	(10 991 403)
Juros e rendimentos similares obtidos	34	130 596	91 994
Juros e gastos similares suportados	34	(285 174)	(746 099)
Resultado antes de impostos		13 075 201	(11 645 509)
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
Resultado líquido do período	20	13 075 201	(11 645 509)
Resultado por acção básico	35	2,33	-2,072

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

															(valores em EUR)	
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
		Capital subscrito	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2021)	6	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(12 333 720)	9 460 927	85 149	6 866 397	(12 083 146)	86 192 500	0	86 192 500		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Aplicação de resultados	15	0	0	0	0	0	(12 083 146)	0	0	0	12 083 146	0	0	0		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	0	0	0	0	0	0	0	0	(2 240 620)	0	(2 240 620)	0	(2 240 620)		
	7	0	0	0	0	0	(12 083 146)	0	0	(2 240 620)	12 083 146	(2 240 620)	0	(2 240 620)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0	0	0		0	0	0	0	0	(11 645 509)	(11 645 509)	0	(11 645 509)		
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0	0	0	0	0	(12 083 146)	0	0	(2 240 620)	437 637	(13 886 129)	0	(13 886 129)		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Realizações de prémios de emissão		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Distribuições		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Entradas para cobertura de perdas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outras operações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2021)	11=6+7+8+10	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(24 416 866)	9 460 927	85 149	4 625 777	(11 645 509)	72 306 373	0	72 306 373		

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

António Luis Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração,

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2022)	6	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(24 416 866)	9 460 927	85 149	4 625 777	(11 645 509)	72 306 372	0	72 306 372
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação de resultados	15	0	0	0	0	0	(11 645 509)	0	0	0	11 645 509	0	0	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	0	0	0	0	0	0	0	0	(1 794 229)	0	(1 794 229)	0	(1 794 229)
	7	0	0	0	0	0	(11 645 509)	0	0	(1 794 229)	11 645 509	(1 794 229)	0	(1 794 229)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0	0	0		0	0	0	0	0	13 075 201	13 075 201	0	13 075 201
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0	0	0	0	0	(11 645 509)	0	0	(1 794 229)	24 720 710	11 280 972	0	11 280 972
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de prémios de emissão		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuições		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas para cobertura de perdas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2022)	11=6+7+8+10	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(36 062 375)	9 460 927	85 149	2 831 548	13 075 201	83 587 344	0	83 587 344

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração,

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/22	31/dez/21
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		136 485 971	85 212 240
Pagamentos a fornecedores		(44 428 992)	(29 305 160)
Pagamentos ao pessoal		(24 920 604)	(20 405 461)
Caixa gerada pelas operações		67 136 375	35 501 619
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos / pagamentos		(42 116 230)	(35 783 816)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		25 020 145	(282 197)
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3 284 132)	(332 762)
Activos intangíveis		(187 139)	(311 282)
Investimentos financeiros		0	0
Outros activos		(32 545)	(30 413)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0	0
Activos intangíveis		0	0
Outros activos		0	0
Subsídios para o Investimento		2 485 901	2 312 888
Juros e Rendimentos Similares		130 596	91 994
Investimentos financeiros		0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(887 319)	1 730 425
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		36 150 000	25 020 106
Realizações de capital e outros instrumentos do capital próprio		0	0
Juros e ganhos similares		0	0
Outras operações de financiamento		0	5 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(42 698 106)	(31 310 591)
Juros e gastos similares		(285 174)	(746 099)
Distribuição de resultados		0	0
Outras operações de financiamento		(2 000 000)	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(8 833 280)	(2 036 584)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 299 546	(588 356)
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6 752 902	7 341 258
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	22 052 448	6 752 902

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho


SOLVERDE
 SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
 TURÍSTICOS DA COSTA VERDE S.A.

 Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484
 Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho
 Capital Social 30.000.000 Euros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**(valores expressos em Euros)****1. INTRODUÇÃO**

A SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A., é uma sociedade anónima, constituída em 12 de Abril de 1972, com sede social na Rua 19, n.º 85, 4501-858 Espinho, freguesia e com concelho de Espinho, e que tem como actividade principal a exploração das concessões das zonas de jogo de Espinho e Algarve até 31 de Dezembro de 2025 e de Vidago/Pedras Salgadas até ao final de 2032. As respectivas unidades de casinos encontram-se localizadas em Espinho, Vilamoura, Monte Gordo, Praia da Rocha e Chaves. A Empresa detém, igualmente, licença para exploração on line, de Jogos de Fortuna ou Azar e Apostas desportivas à cota, até Setembro e Agosto de 2023, respectivamente, com prorrogações de três anos.

Em consequência das obrigações contratuais das referidas concessões, desenvolve ainda a actividade de Restauração e Hotelaria, sendo proprietária do Hotel Solverde Spa & Wellness Center, em São Félix da Marinha, no segmento de 5 estrelas, Hotel Casino Chaves, 4 estrelas e Hotel Apartamento Solverde em Espinho de 4 estrelas, sendo ainda concessionária do Hotel Algarve Casino, na Praia da Rocha de 5 estrelas.

A Sociedade integra o Grupo Violas - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., com sede na Rua dos Combatentes, n.º. 783, Freguesia de Guetim, Concelho de Espinho. Consequentemente, as operações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo onde se insere.

As Empresas do Grupo, presentes em Portugal, Brasil, EUA, Canadá, Alemanha, Suíça, Dinamarca, França, Reino Unido e Bélgica, exercem as seguintes actividades económicas:

- Produção e comercialização de produtos de cordoaria, redes e embalagens;
- Imobiliária
- Hotelaria e Jogo

As demonstrações financeiras anexas correspondem às demonstrações financeiras individuais da Sociedade. Nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho, a Sociedade está dispensada de elaborar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa. As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 24 de Julho (que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho), que transpõe a Directiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2022, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Classificação dos activos e passivos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.



2.4. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade e respectivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação em contrário.

Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimentos das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Princípio de consolidação

A Sociedade encontra-se dispensada de apresentar contas consolidadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, pelo facto de ser detida pela Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e integrar por esta via as Demonstrações Financeiras Consolidadas desta Sociedade. Relativamente às participadas, a Sociedade, quando aplicável, utiliza o Método de Equivalência Patrimonial.

3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações dos activos fixos tangíveis próprios são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta e de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Este decreto foi actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de Abril, que procede à quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, alterado pela Lei n.ºs 64-B/2011, de 30 de Dezembro, 2/2014, de 16 de Janeiro, e 82-D/2014, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	6 a 16
Outros activos fixos tangíveis	14 a 24

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os bens afectos às concessões e reversíveis para o Estado são depreciados, em função dos anos que faltam para o término das mesmas, sendo considerado para esse efeito, o final de 2025 para Espinho e Algarve e 2032 para Vidago-Pedras Salgadas.

O activo fixo tangível em curso, representa o activo ainda em fase de construção, e encontra-se registado ao custo dos dispêndios efectivados em várias pesquisas no campo de golfe da Cabeça Boa.

Este activo será depreciado a partir do momento em que o projecto global, no qual se integrará, esteja pronto para utilização e será deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As mais e menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis, são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas nas demonstrações dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.



3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem as contrapartidas iniciais das Concessões das Zonas de Jogo de Espinho e do Algarve, que com as diversas prorrogações tem como data limite final de 2025. O reconhecimento na demonstração dos resultados é registado na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização”, ao longo do período da concessão.

3.5. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obter rendimento e/ou valorização de capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo acrescido de dispêndios directamente atribuíveis, deduzidos de quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período, estando actualmente a ser considerada uma vida útil de 50 anos.

As depreciações que integram as propriedades de investimento iniciam-se quando estiverem disponíveis para uso, numa base de duodécimos e só cessam na data em que forem desreconhecidos ou classificados como detidos para venda.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, a par dos rendimentos (rendas) obtidos com as propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem.

3.6. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente



de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Sociedade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

Das subsidiárias e participadas da Sociedade, seja em 2020, ou nos exercícios anteriores, não houve distribuição de lucros, por serem transferidos para Resultados transitados ou apresentarem prejuízos.

3.8. Inventários

Os Inventários são valorizados pelo valor de aquisição, utilizando-se o custo médio como critério valorimétrico da sua movimentação, realizada em regime de inventário permanente, de acordo com o n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Como as mercadorias são constituídas essencialmente por tabaco manufacturado e as matérias-primas por produtos de restauração com rápida rotação, não facilmente deterioráveis ou obsoletos, não se tem justificado o reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são verificadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

3.9. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contractuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: **(i)** ao custo ou custo amortizado e **(ii)** ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de um ano, verificando-se porém a existência de fundos de maneio, não só nas áreas adstritas ao jogo, mas também nos diferente sectores como sejam restaurantes, bares, balcões, quiosques, etc. Os mais significativos asseguram o pagamento de prémio de jogo, o que determina limitações à sua disponibilidade, sendo reconhecidos como activos não correntes.

b) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões decorrentes da cessação total do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo e não vencem juros.



O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando liquidadas, canceladas ou expiradas.

d) Empréstimos

Os empréstimos obtidos são registados no passivo ao custo deduzido dos encargos da transacção que são directamente atribuíveis à emissão, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra, respectivamente, a menos ou mais de um ano.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando liquidadas, canceladas ou expiradas.

Os gastos com juros e outros, incorridos como os empréstimos são calculados de acordo com a taxa efectiva e contabilizados na Demonstração de resultados do período, conforme o regime do acréscimo e a regra da especialização dos exercícios.

e) Passivos financeiros e Instrumentos de Capital Próprio

As acções próprias são contabilizadas pelo custo de aquisição e consideradas como abatimento ao capital próprio.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para venda são mensurados ao justo valor, utilizando as cotações de mercado, sendo as suas alterações reconhecidas na demonstração de resultados, conforme o disposto na NCRF 27.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.



Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) **Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**

A Sociedade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contractuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10. Rédito

O rédito é relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da actividade ordinária da Sociedade, é reconhecido pelo valor efectivo, no respeitante nomeadamente às actividades de hotelaria e restauração. Quanto às receitas da actividade de exploração dos jogos de fortuna ou azar nas Concessões de Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, registadas como “Prestações de Serviços”, são diariamente determinadas e advêm da diferença entre o montante das apostas concretizadas e os prémios atribuídos e pagos no dia, incluindo os provenientes de acumulados.

3.11. Subsídios do Governo

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efectivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por investimentos efectuados em activos fixos tangíveis ou intangíveis são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferido para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

Como no Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho está estabelecido que anualmente o Estado subsidiará até 50% do valor investido em determinados activos fixos tangíveis, todos os anos acresce esse montante aos anteriores, sendo cada período imputado como gasto e rendimento o valor das correspondentes depreciações.

Também, está previsto no Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho e Algarve, uma redução da contrapartida anual, de uma percentagem em certas despesas, dentro de um limite de 25% e 17,5% respectivamente do acréscimo nas receitas brutas dos jogos de cada exercício, relativamente ao ano anterior.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio. Todos os subsídios à exploração são contabilizados de acordo com a NCRF 22.

3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Valorização de Activos Fixos Tangíveis registados pelo modelo do custo, nomeadamente Edifícios e Equipamentos.
- Vidas úteis atribuídas aos bens reversíveis para terceiros, sobretudo as relativas a equipamentos de jogo;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.



As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nestas estimativas.

As alterações a ocorrer posteriormente à data, serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.13. Imposto sobre o rendimento

Dada a especificidade das actividades desenvolvidas pela Sociedade, de exploração de jogos de fortuna ou azar e outras complementares, conforme contratos de Concessão celebrados entre o Estado e a Solverde, para as zonas de jogo de Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, regulada por legislação específica nomeadamente o Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de Dezembro, o qual estabelece no Artigo 84.º “Imposto Especial de Jogo”:

- *“N.º 1 - As Empresas Concessionárias ficam obrigadas ao pagamento de um imposto especial pelo exercício da actividade de jogo, o qual será liquidado e cobrado nos termos das disposições seguintes”.*
- *“N.º 2 – Não será exigível qualquer outra tributação, geral ou local, relativa ao exercício da actividade referida no número anterior ou de quaisquer outras a que as empresas concessionárias estejam obrigadas nos termos dos contratos de concessão e pelo período em que estes se mantenham em vigor”.*
- *“N.º 3 – Do imposto especial do jogo, 80% constituem receita do Fundo de Turismo, que (...)”.*
- *“N.º 4 – O exercício por parte das empresas concessionárias de quaisquer actividades não abrangidas pelo n.º 1 e 2 fica sujeito ao regime tributário geral (...)”* tratando os artigos seguintes do cálculo, liquidação e cobrança deste imposto especial, segundo os diferentes jogos praticados.

Mais estabelece o n.º 1 do artigo 95.º que *“A exploração e a prática de jogos de fortuna ou azar e a execução das obrigações das concessionárias ficam sujeitas à inspecção e fiscalização do Estado, exercidas pelo Serviço de Inspeção de Jogos”.*

Está ainda consignado nos referidos contractos que, para além do pagamento mensal do Imposto Especial de Jogo, de outras despesas e certas deduções, a considerar no fim de cada exercício, serão definidos os diferenciais para cada Contrapartida Anual, fixada em 50%, 35% e 20,1% das receitas brutas do jogo, respectivamente para Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, valores esses a pagar até 31 de Janeiro do ano seguinte.

Como reforço a estes normativos, o Código do IRC refere no seu Artigo 7º., “Rendimentos não sujeitos” que, *“Não estão sujeitos a IRC os rendimentos directamente resultantes do exercício da actividade sujeita ao Imposto Especial de Jogo”.*

Em cada ano são liquidadas e pagas as Contrapartidas supra mencionadas sobre as receitas brutas de jogo, tendo em consideração as Tabelas Mínimas que constituem o Anexo do Decreto-Lei nº 275/2001, de 17 de Outubro referentes a Espinho e Algarve, que incluem entre outras o Imposto Especial de Jogo, não ficando nada

pendente em termos tributários, razão pela qual não se coloca à Sociedade qualquer questão no que concerne a impostos diferidos.

3.14. Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras Contas a Receber e a Pagar” ou “Diferimentos”.

3.15. Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva, resultante de um evento passado que implique a saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa a essa data.

Não se encontram reconhecidas nas demonstrações financeiras, as responsabilidades da Sociedade por garantias prestadas por diversas instituições bancárias, porém encontram-se discriminadas na **Nota 37**.

3.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, férias e natal, abonos para falhas e retribuições adicionais eventuais decididas pelo órgão de gestão.

São também incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

Assim, estas responsabilidades, quando existam, são registadas no período em que todos os Colaboradores, adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar a data da demonstração da posição financeira relevado na rubrica de valores a pagar correntes.

3.17. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de Maio de 2023, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na nota 38, abaixo.

4. FLUXOS DE CAIXA

A Sociedade preparou a Demonstração dos Fluxos de caixa pelo método directo.

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estarão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Excepto quanto aos fundos de maneo afectos às diversas Salas de Jogo, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2022	31-12-2021
Numerário:		
Caixa - Fundo maneo	2 787 137	2 637 137
Caixa e equivalentes de caixa (activo) - Não corrente	2 787 137	2 637 137
Numerário:		
Caixa	4 057 317	3 449 980
Subtotal	4 057 317	3 449 980
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	12 972 220	3 281 450
Outros depósitos bancários	5 022 911	21 472
Subtotal	17 995 131	3 302 922
Caixa e equivalentes de caixa (activo) - Corrente	22 052 448	6 752 902
Equivalentes de caixa (passivo) - Corrente	0	630 106

O montante evidenciado na rubrica de Caixa – Não corrente refere-se aos fundos de maneo afectos às diversas salas de jogo dos cinco Casinos Solverde, fixados e controlados pela Inspeção Geral de Jogos e não disponíveis de imediato. Estas verbas poderão alterar durante o ano, conforme a actividade do jogo assim o justifique.



5. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, o movimento registado em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2022							
	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Activos Fixos	AFT em Curso	Total
			Básico	Transporte	Admin.			
Quantia escriturada bruta inicial	3 540 444	111 521 565	110 978 563	2 117 922	6 771 630	2 730 610	154 752	237 815 485
Depreciações acumuladas iniciais	0	(77 421 100)	(89 163 191)	(1 408 865)	(6 413 014)	(1 971 049)	0	(176 377 219)
Quantia escriturada liquida inicial	3 540 444	34 100 464	21 815 372	709 057	358 616	759 561	154 752	61 438 265
Adições								
Aquisições em 1.ª mão	0	292 373	3 023 234	403 770	31 705	0	200 925	3 952 007
Total das adições	0	292 373	3 023 234	403 770	31 705	0	200 925	3 952 007
Diminuições								
Depreciações	0	(2 956 634)	(8 509 623)	(232 656)	(80 951)	(113 757)	0	(11 893 620)
Alienações	0	0	0	(145 164)	0	0	0	(145 164)
Alienações - Depreciações	0	0	0	100 612	0	0	0	100 612
Abates	0	0	0	0	0	0	0	0
Abates - Depreciações	0	0	0	0	0	0	0	0
Total das diminuições	0	(2 956 634)	(8 509 623)	(277 208)	(80 951)	(113 757)	0	(11 938 172)
Quantia escriturada bruta final	3 540 444	111 813 938	114 001 797	2 376 528	6 803 335	2 730 610	355 677	241 622 328
Depreciações acumuladas finais	0	(80 377 734)	(97 672 814)	(1 540 908)	(6 493 965)	(2 084 806)	0	(188 170 227)
Quantia escriturada liquida final	3 540 444	31 436 204	16 328 983	835 619	309 370	645 804	355 677	53 452 101

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o movimento registado em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2021							
	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Activos Fixos	AFT em Curso	Total
			Básico	Transporte	Admin.			
Quantia escriturada bruta inicial	3 540 444	111 521 565	110 767 130	2 097 852	6 769 214	2 710 728	154 752	237 561 684
Depreciações acumuladas iniciais	0	(74 486 647)	(81 200 222)	(1 221 333)	(6 330 612)	(1 855 684)	0	(165 094 499)
Quantia escriturada liquida inicial	3 540 444	37 034 917	29 566 908	876 518	438 602	855 044	154 752	72 467 184
Adições								
Aquisições em 1.ª mão	0	0	211 433	59 300	2 416	19 882	0	293 031
Total das adições	0	0	211 433	59 300	2 416	19 882	0	293 031
Diminuições								
Depreciações	0	(2 934 453)	(7 962 969)	(212 050)	(82 402)	(115 365)	0	(11 307 239)
Alienações	0	0	0	(39 230)	0	0	0	(39 230)
Alienações - Depreciações	0	0	0	24 519	0	0	0	24 519
Abates	0	0	0	0	0	0	0	0
Abates - Depreciações	0	0	0	0	0	0	0	0
Total das diminuições	0	(2 934 453)	(7 962 969)	(226 762)	(82 402)	(115 365)	0	(11 321 950)
Quantia escriturada bruta final	3 540 444	111 521 565	110 978 563	2 117 922	6 771 630	2 730 610	154 752	237 815 485
Depreciações acumuladas finais	0	(77 421 100)	(89 163 191)	(1 408 865)	(6 413 014)	(1 971 049)	0	(176 377 219)
Quantia escriturada liquida final	3 540 444	34 100 464	21 815 372	709 057	358 616	759 561	154 752	61 438 265

As adições de Activos Fixos Tangíveis ocorridas no exercício de 2022 respeitam fundamentalmente a diversos equipamentos para as salas de jogo.

Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efectuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe do valor dos Activos Fixos Tangíveis Brutos, afectos a cada uma das actividades da Sociedade é como segue:

Activos Fixos Tangíveis	Valor (euros)	
	2022	2021
AFT - Próprios		
Hotel da Granja	29 535 971	28 810 652
Aparthotel	8 917 725	8 912 309
Centro Comercial	530 541	530 541
Hotel Casino - Chaves	29 698 416	29 574 671
Hotel Algarve - Casino	3 235 265	3 178 679
Casino On Line	707 099	664 426
Outras	2 466 725	2 692 468
Total	75 091 743	74 363 746
AFT - Reversíveis		
Casino Espinho	81 699 365	79 924 877
Casino de Vilamoura	22 628 359	22 257 898
Casino de Montegordo	9 632 632	9 515 552
Casino da Praia da Rocha	9 671 384	9 554 304
Casino de Chaves	39 040 167	38 541 355
Total	162 671 907	159 793 986
AFT - Implantados em propriedade alheia		
Silo Auto da Praia da Rocha	3 503 001	3 503 001
Total	3 503 001	3 503 001
AFT - Em curso		
Campo de Golfe da Cabeça Boa	154 752	154 752
Paineis Fotovoltaicos	200 925	0
Total	355 677	154 752
Total Bruto de AFT	241 622 328	237 815 485



6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica de Propriedades de Investimento é nulo.

7. ACTIVO INTANGÍVEL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi como segue:

	2022				
	Programas Computador	Propriedade Industrial			Total
		Zona de Jogo Espinho	Zona de Jogo Algarve	Jogos Online	
A 1 de Janeiro					
Custo de aquisição	1 623 802	47 935 970	28 751 322	371	78 311 465
Amortizações acumuladas	(714 787)	(41 078 053)	(24 634 132)	(133)	(66 427 105)
	909 015	6 857 917	4 117 189	239	11 884 360
Movimentos no exercício					
Adições	187 839	0	0	0	187 839
Amortização - exercício	(288 860)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 761 111)
	(101 020)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 573 272)
A 31 de Dezembro					
Custo de aquisição	1 811 641	47 935 970	28 751 322	371	78 499 304
Amortizações acumuladas	(1 003 646)	(44 497 434)	(26 686 977)	(159)	(72 188 216)
Valor líquido a 31 de Dezembro	807 995	3 438 536	2 064 345	212	6 311 088

	2021				
	Programas Computador	Propriedade Industrial			Total
		Zona de Jogo Espinho	Zona de Jogo Algarve	Jogos Online	
A 1 de Janeiro					
Custo de aquisição	1 312 520	47 935 970	28 751 322	371	78 000 183
Amortizações acumuladas	(455 028)	(37 658 673)	(22 581 288)	(106)	(60 695 096)
	857 491	10 277 297	6 170 034	265	17 305 087
Movimentos no exercício					
Adições	311 282	0	0	0	311 282
Amortização - exercício	(259 758)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 732 009)
	51 524	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 420 727)
A 31 de Dezembro					
Custo de aquisição	1 623 802	47 935 970	28 751 322	371	78 311 465
Amortizações acumuladas	(714 787)	(41 078 053)	(24 634 132)	(133)	(66 427 105)
Valor líquido a 31 de Dezembro	909 015	6 857 917	4 117 189	239	11 884 360

Os montantes evidenciados relativos às prestações iniciais e prorrogações das concessões das zonas de jogo de Espinho e Algarve serão amortizados até período limite da concessão.

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica detalha-se como segue:

	2022							
	SEDE	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Partes de Capital			
					C. Aquisição	Prestações Suplementares	MEP anos anteriores	MEP ano
EMPES - Empresa Publicidade Espinho, Lda.	Espinho	(15 509)	(5 035)	78,85%	4 100	40 240	(4 101)	0
		-15 509	(5 035)		4 100	40 240	(4 101)	0

	2021							
	SEDE	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Partes de Capital			
					C. Aquisição	Prestações Suplementares	MEP anos anteriores	MEP ano
EMPES - Empresa Publicidade Espinho, Lda.	Espinho	(10 473)	(36 001)	78,85%	4 100	40 240	(4 101)	0
		-10 473	(36 001)		4 100	40 240	(4 101)	0

Durante o exercício a Sociedade adquiriu serviços de publicidade a esta participada no valor de 141.147 euros (em 2021: 96.454 euros).

Existe um contrato de arrendamento entre a SOLVERDE e a EMPES, relativo a uma loja sita no Centro Comercial Solverde I, onde esta participada exerce a sua actividade administrativa, pagando uma renda anual de 13.116 euros (em 2021: 13.074 euros).

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica detalha-se como segue:

	2022						2021					
	Capital	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Provisão	Valor total aquisição	Capital	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Provisão	Valor total aquisição
S.T.E - Sociedade de Turismo de Espinho, Lda.	1 750 000	290	5	39,90	0,00	11 572	1 750 000	290	5	39,90	0,00	11 572
Pavilhão Arade, S.A.	2 889 700	2 896	100	100,01	(289 631)	0	2 889 700	2 896	100	100,01	(289 631)	0
Estela Golf - Actividade Desportiva Turística, S.A.	2 081 685	1	6 484	6 484,38	0,00	6 484	2 081 685	1	6 484	6 484,38	0,00	6 484
		3 187				18 056		3 187				18 056
Outras participações												
Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)						1 130						1 130
Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)						1 130						1 130
						2 260						2 260
Outros activos financeiros												
Fundo Compensação de Trabalho (FCT) b)						157 323						124 778
Total de Outros Investimentos Financeiros						177 640						145 095

(a) Estes títulos actualmente estão depositados no Santander Totta, cativos como penhor, conforme o estipulado nos Contratos de Mútuo, celebrados entre a Solverde e essa instituição, para uma Linha de Crédito PME INVESTE VI – Aditamento, no valor de 750.000 euros realizado em 25 de Julho de 2011 e com término em 25 de Julho de 2017. Durante o exercício de 2017 foram reembolsados 10.000 euros pelo Banco Santander.

(b) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2022, refere-se às entregas mensais efectuadas pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT). Conforme o referido na Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto e na Portaria 294-A/2013, de 30 de Setembro, por cada contracto de trabalho celebrado após 01/Out/2013, a Sociedade paga para o Fundo de Compensação do trabalho 0,925% da retribuição base, que atingiu em 31.12.2022 o montante de 157.323 euros (em 2021: 124.778 euros). O efeito em 2022 da valorização ao Justo Valor foi positivo em 20.224,73 euros (ver **Nota 31.** abaixo).

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Inventários, detalha-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	74 131	69 382
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	942 678	871 800
Total	1 016 809	941 182

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Inventários iniciais	69 382	871 800	941 182	71 306	865 546	936 852
Compras	429 719	4 661 804	5 091 523	257 184	2 566 746	2 823 930
Reclassificação e regularização de inventários	0	(106)	(106)	0	0	0
Inventários finais	74 131	942 678	1 016 809	69 382	871 800	941 182
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	424 970	4 590 820	5 015 790	259 108	2 560 492	2 819 600



11. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Clientes, detalha-se como segue:

CLIENTES	31.12.2022	31.12.2021
Clientes c/c - Gerais	414 182	373 886
Clientes - Cobrança Duvidosa	443 211	443 726
Clientes c/c	857 393	817 612
Imparidade (ver Nota 29)	(443 211)	(443 726)
Total clientes	414 182	373 886
Adiantamentos de Clientes	(245 096)	(461 214)
Clientes - Adiantamentos	(245 096)	(461 214)

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Relativamente à maturidade das dívidas dos clientes gerais, esta detalha-se como segue:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Espinho	Algarve	Chaves	Total	Espinho	Algarve	Chaves	Total
<90 dias	218 931	100 594	26 220	345 745	223 931	57 021	15 336	296 288
90-180 dias	30 254	29 423	3 455	63 132	46 496	18 793	1 866	67 155
>180 dias	598	1 733	2 974	5 305	1 256	6 963	2 224	10 443
Total	249 783	131 750	32 649	414 182	271 683	82 777	19 426	373 886

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas imparidades, detalha-se como segue:

Imparidades	31.12.2022	31.12.2021
Início período	443 726	453 347
Aumentos	0	0
Utilizações	(515)	(9 621)
Reduções	0	0
Final do período	443 211	443 726

Os saldos de cobrança duvidosa encontram-se todos em contencioso e a aguardar decisões judiciais, sendo totalmente reconhecida a sua perda por imparidade.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, detalha-se como segue:

		31.12.2022		31.12.2021	
		Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não Corrente					
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2017	(b)	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0
Corrente					
Retenção Imposto sobre Rendimento		0	249 662	0	245 964
Contrapartida anual da concessão		0	478 275	0	1 973 943
Imposto Especial Jogo		0	2 756 524	0	2 769 511
Inspecção - Geral de Jogos		0	104 846	0	104 846
Imposto sobre o valor acrescentado		0	149 059	0	134 447
Contribuições para a Segurança Social		0	468 794	90 526	436 049
Restantes Impostos		0	17 206	0	20 233
TURISMO DE PORTUGAL 35% - 2020	(a)	703 688	0	703 688	0
TURISMO PORTUGAL-INFT2021/2022	(b)	1 070 810	0	0	
Contrapartida anual Espinho 2009/10/11	(c)	2 360 873	0	2 360 873	0
	Total	4 135 370	4 224 366	3 155 087	5 684 994

(a) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se ao valor pago em excesso da contrapartida anual do Algarve de 2020, a qual se encontra em análise.

(b) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se ao valor pago ao Turismo de Portugal (Instituto Nacional de Formação Turística) no exercício de 2021 e 1.º Trimestre de 2022, conforme alínea j) do art. 6.º do DR 29/88. A Solverde decorrente do aditamento aos contratos de concessão realizados em 10 de Março de 2022, ficou dispensada destes pagamentos, estando a aguardar o respetivo reembolso.

(c) O saldo devedor da Contrapartida Anual de Espinho, 2.360.873 euros, refere-se a valores não considerados unilateralmente pelo Estado, no apuramento final dos exercícios mencionados, no que concerne à sua participação em 50% nos equipamentos adquiridos e a serem considerados como subsídios ao investimento, decisão que entretanto a Sociedade contestou em Tribunal. A sentença deu razão às nossas pretensões e transitou em julgado em 2012. Dado que o Estado não procedeu ao seu pagamento em tempo útil, a Sociedade teve necessidade de recorrer novamente ao Tribunal para execução da sentença, processo esse actualmente ainda em curso.

Informa-se que em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado e Trabalhadores.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros Créditos a Receber, detalha-se como segue:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos fornecedores	291 720	223 714
Pessoal	16 554	16 554
Outros devedores	30 040 163	27 307 758
	30 348 437	27 548 026

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A rubrica de Outros Devedores detalha-se como segue:

Outros Devedores	31.12.2022	31.12.2021
Outros Devedores		
José Joaquim Martins Costa Lima (1)	11 617 640	11 617 640
Rendas a receber	250 445	238 247
Devedores Cobrança Duvidosa - Dividas de Jogo	181 291	181 291
Charme Alegre	159 260	136 414
Violas SGPS (2)	18 261 394	15 103 874
Casino Online	0	377 514
Outros Devedores	584 369	553 817
Total Outros Devedores	31 054 400	28 208 796
Imparidades		
Imparidade de dividas a receber (ver Nota 29)	(250 445)	(238 247)
Imparidade de outros devedores (ver Nota 29)	(582 501)	(481 501)
Imparidade de dividas de Jogo (ver Nota 29)	(181 291)	(181 291)
Total Imparidades	(1 014 237)	(901 038)
Total liquido Outros Devedores	30 040 163	27 307 758

(1) O montante evidenciado, respeita aos valores pagos relativos aos terrenos para o Campo de Golf da Cabeça Boa (Portimão). A Solverde contestou judicialmente a recuperabilidade deste montante, tendo obtido uma sentença favorável (Processo n.º 8041/08.3YYPR do Tribunal do Porto, Inst. Central – 1.º Seção de Execução e Processo n.º 8041/08-B Juízo de Execução do Porto) que entretanto foi contestada. Este débito encontra-se suportado por garantias reais, sendo a Solverde detentora de 191.235 acções da Sociedade proprietária dos direitos dos terrenos, cuja avaliação é substancialmente superior à divida. O Conselho de Administração mantém a sua convicção de que a decisão do tribunal não será objecto de alteração.

(2) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2022, resulta de um contrato de empréstimo, na modalidade de conta corrente, à Empresa Mãe Violas, SGPS, S.A. até ao valor máximo de 30.000.000 euros, com o prazo de um ano, renovável até 4 anos. Até 31 de Dezembro de 2022, a Violas, SGPS, S.A., apenas utilizou o montante de cerca de 18.000.000 euros .



Em 31 de Dezembro de 2022, o movimento das imparidades para as dívidas dos Outros Devedores, é como segue:

Imparidades de Outros Devedores	31.12.2021	Perdas	Reversões	31.12.2022
Cientes Jogo	181 291	0	0	181 291
Cientes rendas	238 247	12 198	0	250 445
Devedores diversos	481 501	101 000	0	582 501
	901 038	113 198	0	1 014 237

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica detalha-se como segue:

DIFERIMENTOS	Activo	
	31.12.2022	31.12.2021
Gastos a reconhecer:		
Seguros	19 467	84 169
Rendas	19 135	19 053
Contratos de assistência	9 795	6 444
Juros e gastos c/ papel comercial	11 240	42 490
Imposto municipal imóveis	17 775	23 366
Gastos com financiamentos (a)	155 120	228 739
Plano actividades concessão	17 693	64 870
Outros	373 576	1 591
	623 801	470 721

DIFERIMENTOS	Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos a reconhecer:		
Rendas	17 976	18 002
Subsídios	1 440	1 440
	19 416	19 442

- (a) O saldo constante em 31 de Dezembro de 2022, na rubrica do Activo – Diferimentos, relativo a gastos com financiamentos, respeita (i) aos gastos debitados pela Empresa-Mãe relativo à organização, montagem, comissão de garantia e imposto de selo do empréstimo obrigacionista com vencimento em Novembro de 2023 e (ii) redébito das comissões incorridas pela Empresa-Mãe, no âmbito do contrato 2018-2025.

15. CAPITAL E RESERVAS

Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Sociedade encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 6.000.000 acções de valor nominal de 5 euros cada, não existindo quaisquer títulos preferenciais ou privilegiados. A Empresa-Mãe, Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.,



detém 5.619.964 acções, a que corresponde 93,67% do capital, sendo as restantes 380.036 (6,33%) acções próprias.

Por imposição do Decreto-lei n.º 274/88 de 03 de Agosto, o capital deve ser detido, em pelo menos 60%, por entidades portuguesas, sendo esta parte obrigatoriamente representada por acções nominativas.

Acções Próprias/Prémios de Emissão

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se a aquisição de 380.036 acções próprias de valor nominal de 5 euros, em exercícios anteriores, com o respectivo prémio de aquisição de 1.321.659 euros, o que resulta num preço médio de 8,4777 euros, como segue:

	N.º acções	Valor unitário	Valor
Acções próprias	380 036	5,0000	1 900 180
Prémio aquisição	0	3,4777	1 321 659
Acções próprias e prémio emissão	380 036	8,4777	3 221 839

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal ainda não está totalmente constituída nos termos da lei.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras Reservas – 62.105.188 euros

• Reservas Livres – 20.707 euros

Representada por uma aplicação financeira para ocorrer a situações de emergência e extrema necessidade na área da Zona de Jogo de Espinho, inserida na conta de Outros Depósitos Bancários com o valor de 21.456 euros.

• Reservas Estatutárias – 62.084.481 euros

Reserva para o investimento de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e quaisquer outras, conforme o estipulado no art.º 20.º dos Estatutos da Sociedade.

Distribuição de Resultados

A Assembleia Geral Anual, realizada em 31 de Maio de 2022, relativa à aprovação de contas do exercício de 2021 deliberou que o Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2021, de 11.645.508,99 euros (Onze Milhões Seiscentos e Quarenta e Cinco Mil Quinhentos e Oito Euros e Noventa e Nove Cêntimos), tivesse a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados – 11.645.508,99 euros



16. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de Resultados Transitados, é como segue:

RESULTADOS TRANSITADOS	Valor
Resultados Transitados 31.12.2021	(24 416 866)
Resultado líquido 2021	(11 645 509)
Resultados Transitados 31.12.2022	(36 062 375)

RESULTADOS TRANSITADOS	Valor
Resultados Transitados 31.12.2020	(12 333 719)
Resultado líquido 2020	(12 083 146)
Resultados Transitados 31.12.2021	(24 416 866)

17. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se às Revalorizações efectuadas em 1992 e 1998, reguladas pelos Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro e Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. Todos os activos revalorizados encontram-se totalmente amortizados.

18. AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se integralmente com a aplicação do método de equivalência patrimonial da participada Empes, Lda, como segue:

Ajustamentos em Activos Financeiros	31.12.2022	31.12.2021
Ajustamentos de Transição	9 025	9 025
Lucros não atribuídos	73 261	73 261
Outras variações nos capitais próprios	2 863	2 863
Total	85 149	85 149

19. OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se a Subsídios ao Investimento, não reembolsáveis, relacionados com Activos Fixos Tangíveis, decorrente da comparticipação do Estado na aquisição de equipamento de jogo para a zona de jogo de Espinho, conforme estipulado nas alíneas d) e e) do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 29/88.



Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, é como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2021	4 625 777
Subsídio a diferir (aumento de AFT participados adquiridos)	691 672
Reconhecimento do Ganho	(2 485 901)
Outras variações de capital próprio 31.12.2022	2 831 548

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2020	6 866 397
Subsídio a diferir (aumento de AFT participados adquiridos)	72 269
Reconhecimento do Ganho	(2 312 888)
Outras variações de capital próprio 31.12.2021	4 625 777

Durante o exercício resultou um movimento negativo de 1.794.229 (em 2021: 2.240.620 euros), proveniente do aumento de subsídio a diferir em 691.672 euros (em 2021: 72.269 euros) e o reconhecimento de um rendimento de 2.485.901 euros (em 2021: 2.213.888 euros,) contabilizado em Outros Rendimentos, sendo o cálculo efectuado, tendo em conta os anos que faltam para o término da Concessão de Jogo de Espinho, no contexto da sua vida útil ser considerada nessa perspectiva.

20. RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2022, a Solverde teve um resultado líquido positivo de 13.075.200,70 euros (em 2021: resultado negativo de 11.645.508,99 euros). O resultado de 2021 e 2022 não estão influenciados pela contrapartida mínima prevista na lei, uma vez que a Solverde foi dispensada do respetivo pagamento decorrente da situação pandémica que se viveu em Portugal e no mundo.

21. PROVISÕES

Os saldos e movimentos desta rubrica em 2022 e 2021 detalham-se como segue:

	31.12.2022				
	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Utilizações	Saldo final
Provisões para Prémios Acumulados Salas de Jogo (Nota 30)	1 536 781	80 057	25 438	0	1 591 400
Provisão para Outros Riscos e Encargos (a)	743 675	3 970	0	0	747 646
	2 280 456	84 027	25 438	0	2 339 045



	31.12.2021				
	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Utilizações	Saldo final
Provisões para Prémios Acumulados Salas de Jogo (Nota 30)	1 579 415	18 516	61 150	0	1 536 781
Provisão para Outros Riscos e Encargos (a)	0	743 675	0	0	743 675
	1 579 415	762 191	61 150	0	2 280 456

(a) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, refere-se essencialmente ao montante relativo ao processo com o SRIJ referente ao montante pago em excesso no exercício de 2020 referente à contrapartida anual do Algarve.

22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica que contém os saldos correntes e não correntes, detalha-se como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Instituições Financeiras				
Papel Comercial	20 500 000	0	26 000 000	0
Financiamento Bancários e Linhas de crédito	228 000	494 000	0	1 140 000
Descobertos Bancários	0	0	630 106	0
Total Instituições Financeiras	20 728 000	494 000	26 630 106	1 140 000
Total Financiamentos	20 728 000	494 000	26 630 106	1 140 000

A todos os contractos, acresce o respectivo "Spread", a valores de mercado.

23. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecedores, detalha-se como segue:

FORNECEDORES	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores c/c - Gerais	3 412 653	2 689 677
Fornecedores - Em Conferência	82	501
Fornecedores	3 412 735	2 690 178

Relativamente à maturidade das dívidas a fornecedores gerais, esta detalha-se como segue:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Espinho	Algarve	Chaves	Total	Espinho	Algarve	Chaves	Total
<90 dias	2 501 489	617 263	206 482	3 325 234	1 743 332	659 528	135 459	2 538 319
90-180 dias	15 195	10 746	0	25 941	20 400	9 944	0	30 344
>180 dias	58 807	2 373	380	61 560	111 107	10 052	356	121 515
Total	2 575 491	630 382	206 862	3 412 735	1 874 839	679 524	135 815	2 690 178

24. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a pagar, detalha-se como segue:

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal	19 778	19 502
Fornecedores de Investimentos	536 489	50 520
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar (1)	3 150 451	2 756 707
Juros	425	2 933
Electricidade, Água e Gás	194 824	177 186
Outros (2)	1 205 712	802 097
Portal de Compras (3)	271 638	221 503
Assessores e Consultores	17 500	15 340
Casino Online	657 753	0
Outros	254 680	128 351
	6 309 251	4 174 138

- (1) A rubrica de remunerações a pagar refere-se a acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2022 e a liquidar em 2023.
- (2) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se essencialmente acréscimos de gastos do Casino Online referente a trabalhos especializados e publicidade realizados no exercício de 2022.
- (3) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se ao saldo do cartão de crédito Caixa Works do Algarve (197.098,24 euros) e Chaves (74.540,04 euros).

Relativamente à maturidade das dívidas a fornecedores de investimento, esta detalha-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
<90 dias	146 337	27 927
90-180 dias	371 851	0
>180 dias	18 301	22 593
Total	536 489	50 520



25. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, detalham-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Vendas		
Mercadorias	536 587	331 103
Produtos Acabados e Intermediários	3 727 581	1 559 679
Iva das Vendas c/ Impostos Incluído	(329 784)	(115 441)
Descontos e abatimentos em vendas	(1 842 254)	(1 021 624)
Total Vendas	2 092 131	753 717
Prestações de Serviços		
Serviços de Jogos	123 964 852	80 735 531
Serviços Hotelaria	14 923 369	7 694 202
Serviços Secundários	1 110 426	607 758
Bilheteiras	494 542	212 498
Iva Serviços c/ Impostos Incluído	(16 808)	(4 966)
Prémio Acumulado Jogo Bingo	(60 099)	(34 793)
Jogos On-Line	(5 246 705)	(4 208 501)
Descontos e abatimentos	(693 980)	(563 791)
Total Prestações de Serviços	134 475 598	84 437 939
Total Vendas e Prestações de Serviços	136 567 729	85 191 656

O detalhe da rubrica de Vendas e Prestações de Serviços por actividade em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Vendas		
Casino Espinho	939 104	362 861
Casinos Algarve	855 640	335 126
Hotel Solverde	6 316	8 676
Hotel Algarve	(20 270)	(32 272)
Casino Chaves	311 480	77 757
Hotel Chaves	(139)	1 569
Total Vendas	2 092 131	753 717
Prestações de Serviços		
Casino Espinho	37 718 424	24 357 516
Casinos Algarve	31 588 333	16 159 694
Hotel Solverde	5 237 511	2 737 882
Hotel Algarve	6 946 832	3 305 910
Casino Chaves	7 259 918	4 232 495
Hotel Chaves	1 817 682	1 268 777
Aparthotel Solverde	1 729 241	801 392
Casino On-Line	42 177 657	31 574 272
Total Prestações de Serviços	134 475 598	84 437 939
Total Vendas e Prestações de Serviços	136 567 729	85 191 656



26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Subsídios à Exploração detalha-se como segue:

		31.12.2022	31.12.2021
Subsídios à Exploração			
INSTITUTO EMP.FOR.PROFISSIONAL	(1)	92 467	997 500
ASSOCIACAO TURISMO DO PORTO		5 702	4 512
SEGURANCA SOCIAL - LAY OFF	(2)	0	1 849 260
IAPMEI - RMMG	(3)	46 536	17 787
BANCO DE FOMENTO - COVID19	(4)	228 000	0
Total		372 705	2 869 059

- (1) O montante evidenciado nesta rubrica diz respeito a um incentivo à normalização da atividade empresarial.
- (2) O montante evidenciado nesta rubrica diz respeito a um subsidio recebido da segurança social para compensar o lay-off decorrente da pandemia Covid-19.
- (3) um subsidio do IAPMEI referente à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG).
- (4) Refere-se a um montante 20% de um financiamento (Linha de Apoio à Economia COVID-19), que foi convertido em valor não reembolsável

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, detalha-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Publicidade e Propaganda	12 859 898	9 243 287
Trabalhos Especializados	11 899 565	8 651 386
Electricidade	3 809 549	2 050 198
Conservação e reparação	3 260 604	2 249 444
Vigilância e Segurança	1 760 683	1 409 297
Gás	1 183 574	287 292
Rendas e alugueres	1 114 330	829 688
Limpeza, higiene e conforto	991 840	569 670
Comissões	667 355	375 808
Água	658 434	639 448
Deslocações e Estadas	304 083	104 681
Seguros	277 266	265 248
Outros fornecimentos e serviços	242 026	179 252
Combustíveis	185 912	121 382
Comunicação	154 956	187 891
Honorários	139 014	48 285
Royalties	0	76 480
Outros	483 036	248 807
	39 992 125	27 537 541



28. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com Pessoal, detalha-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações:		
Órgãos Sociais (a)	1 750 987	1 572 783
Pessoal	17 927 931	15 223 133
sub-total	19 678 918	16 795 916
Encargos Sociais:		
Indemnizações	38 068	15 650
Encargos sobre remunerações	4 317 325	3 007 255
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profiss.	128 613	128 418
Gastos de acção social	56 210	77 949
Outros gastos com pessoal (b)	701 470	380 273
sub-total	5 241 687	3 609 544
Total de gastos com Pessoal	24 920 604	20 405 461

(a) A rubrica “Remunerações dos Órgãos Sociais”, detalha-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Conselho de Administração	1 730 352	1 552 103
Fiscal Único Efectivo	20 635	20 680
	1 750 987	1 572 783

(b) O montante evidenciado nesta rubrica englobam o custo das refeições servidas nas cantinas, formação profissional e fardamentos.

O número médio de empregados da Sociedade por unidade de negócio no período findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foi de:

	31.12.2022	31.12.2021
Casino de Espinho	391	391
Casino de Vilamoura	150	139
Casino de Montegordo	65	65
Hotel Solverde	110	102
Aparthotel Solverde	21	20
Hotel Algarve Casino	156	142
Hotel Casino Chaves	157	152
Casino on-line	58	49
Total	1 108	1 060



29. PERDAS E REVERSÕES POR IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (AUMENTO/REVERSÃO)

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Perdas e Reversões por Imparidade, detalha-se como segue:

Imparidades dividas a receber	31.12.2022			
	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Cientes Hotelaria	443 727	0	515	443 211
Devedores de Jogo	181 291	0	0	181 291
Devedores de rendas	238 247	12 198	0	250 445
Devedores Diversos	481 500	101 000	0	582 500
Pessoal	16 554	0	0	16 554
Investimentos Financeiros	289 631	0	0	289 631
	1 650 950	113 198	515	1 763 633

Imparidades dividas a receber	31.12.2021			
	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Cientes Hotelaria	453 347	0	9 621	443 727
Devedores de Jogo	181 291	0	0	181 291
Devedores de rendas	230 578	14 949	7 280	238 247
Devedores Diversos	472 856	8 645	0	481 500
Pessoal	16 554	0	0	16 554
Investimentos Financeiros	0	289 631	0	289 631
	1 354 626	313 224	16 901	1 650 950

30. PROVISÕES (AUMENTO/REVERSÃO)

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Provisões (aumento/reversões), refere-se a (i) uma provisão referente ao valor pago em excesso relativo à contrapartida anual de 2020 do Algarve, a qual está em análise com o SRIJ, (ii) provisão referente à participada Empes relativo aos capitais próprios negativos que esta apresenta e (ii) a prémios acumulados nas Salas de Jogos, os quais detalha-se como segue:

Provisões Prémios jogo	31.12.2022					
	Espinho	Vilamoura	Montegordo	Praia da Rocha	Chaves	Total
Saldo Inicial	196 677	1 093 258	85 080	72 589	89 178	1 536 781
Aumentos	57 815	11 034	4 179	7 029	0	80 057
Reduções	0			0	(25 438)	(25 438)
Saldo Final	254 492	1 104 292	89 259	79 618	63 740	1 591 400

Provisões Prémios jogo	31.12.2021					
	Espinho	Vilamoura	Montegordo	Praia da Rocha	Chaves	Total
Saldo Inicial	179 169	1 109 638	101 377	71 581	117 651	1 579 415
Aumentos	17 508	0	0	1 008	0	18 516
Reduções	0	(16 380)	(16 297)	0	(28 473)	(61 150)
Saldo Final	196 677	1 093 258	85 080	72 589	89 178	1 536 781



31. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de “Aumentos/ Reduções de Justo Valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

Aumentos e Reduções de Justo Valor	31.12.2022	31.12.2021
Fundo Compensação Trabalho - FCT	20 225	(5 974)
	20 225	(5 974)

O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, refere-se ao registo dos ajustamentos de justo valor referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, registado na conta de Outros Investimentos Financeiros (**Nota 9**).

32. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Outros Rendimentos detalha-se como segue:

Outros Rendimentos		31.12.2022	31.12.2021
Imputação Subsídios ao Investimento (1)		2 485 901	2 312 888
Recuperação de custos (2)		19 864	225 975
Acerto Contrapartidas Anuais Espinho (2021/2022) (3)		2 954 035	0
Acerto Contrapartidas Anuais Algarve (2021/2022) (4)		2 526 112	0
Receitas Cantinas Empresa		234 360	135 545
Indemnizações de Sinistros		24 917	78 101
Alienações Inv. Não Financeiros		11 825	0
Restituição de Impostos		142	1 282
Recuperação de dívidas a receber		6	5 351
Outros		31 740	106 343
		8 288 900	2 865 486

(1) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à imputação do subsídio ao investimento relativo à participação do Estado em diversos Equipamentos de Jogo, conforme alínea d) e e) do art.º 6.º do Decreto Regulamentar 29/88 do Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho.

(2) O montante evidenciado nesta rubrica em 31.12.2021, refere-se essencialmente à participação do Estado no acerto final da Contrapartida Anual da Concessão de Jogo do Algarve de 2020, pela aplicação do n.º 2 e 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 275/01, de 17 de Outubro.

(3) O montante evidenciado nesta rubrica, refere-se ao valor do acerto da contrapartida anual da Zona de Jogo de Espinho relativo a 2021 e 2022, a qual seria devida pela Solverde, tendo no entanto sido considerada nas medidas compensatórias adicionais, conforme cláusula 4.ª, n.º 2 do aditamento ao contrato de Concessão 453/2022, de 10 de Março.



(4) O montante evidenciado nesta rubrica, refere-se ao valor do acerto da contrapartida anual da Zona de Jogo do Algarve relativo a 2021 e 2022, a qual seria devida pela Solverde, tendo no entanto sido considerada nas medidas compensatórias adicionais, conforme cláusula 4.ª, n.º 2 do aditamento ao contrato de Concessão 336/2022, de 10 de Março.

33. OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Outros Gastos detalha-se como segue:

Outros Gastos		31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Jogo			
Espinho		11 134 150	8 802 073
Algarve		7 473 799	4 645 221
Chaves		433 266	292 161
Online		13 125 696	10 961 478
Total Imposto de Jogo		32 166 910	24 700 933
Outros Impostos	(1)	1 889 389	1 231 376
Encargos com concessão de Jogo			
Espinho		3 262 638	3 576 849
Algarve	(2)	2 316 999	949 239
Chaves		1 649 664	969 404
Total Encargos com Concessão		7 229 302	5 495 492
Donativos Concedidos Âmbito Social, Cultural		225 217	206 862
Despesas com Serviços Bancários		2 420 949	1 274 828
Direitos de Autor		146 809	83 881
Quotizações		133 680	106 850
Multas não fiscais		1 157	1 671
Indemnizações clientes on-line		297	1 496
Perdas em inventários		106	13 695
Dívidas Incobráveis - Diversos		0	1 713
Anulação de débitos		23 085	0
Outros		28 356	5 220
Total Outros		2 979 656	1 696 215
Total Outros Gastos		44 265 257	33 124 015

(1) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se essencialmente ao valor do IVA suportado pela Solverde.

(2) A Solverde em 2022 e 2021, ficou dispensada do pagamento da Contrapartida anual mínima (nível de receitas na zona de jogo do Algarve não ter atingido os mínimos exigidos pelas tabelas mínimas que constituem o anexo do Decreto-Lei n.º 275/2001 de 17 de Outubro), decorrente das medidas compensatórias adicionais, conforme cláusula 4.ª, n.º 2 do aditamento ao contrato de Concessão 336/2022.



34. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos Gastos e Rendimentos Financeiros é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Gastos Financeiros:		
Juros suportados	168 591	247 298
Comissões de Garantia	40 000	46 191
Juros de mora a)	0	366 282
Outros gastos de financiamento	76 583	86 328
	285 174	746 099
Rendimentos Financeiros:		
Juros obtidos	1 335	8
Juros de outros financiamentos concedidos	90 839	91 612
Outros	38 422	374
	130 596	91 994

- a) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2021 nesta rubrica, refere-se a juros de mora referente ao pagamento em atraso da contrapartida anual de 2017 e 2018.

35. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção é calculado pela divisão do lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias durante o ano, excluindo as acções próprias, conforme quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado Líquido	13 075 201	(11 645 509)
N.º Acções (excepto acções próprias)	5 619 964	5 619 964
Resultado básico por acção (€ por acção)	2,33	(2,07)

36. PARTES RELACIONADAS

A Sociedade é detida em 93,67% pela Sociedade Violas, S.G.P.S., S.A. com sede na Rua dos Combatentes, 783, em Espinho.

36.1 Transacções entre Partes Relacionadas**(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, realizaram-se operações comerciais, outros custos entre a Sociedade e as partes relacionadas.

(b) Transacções

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2022				
	FSE	Gastos Financeiros	Vendas e Prestações de Serviços	Juros Obtidos	Outros rendimentos
Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.	141 147	0	0	0	13 116
Violas - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	66 490	95 000	0	129 010	0
Clip Colégio	2 458	0	670	0	0
Clip Imobiliária	0	0	0	0	0
Cotesi	121	0	25 016	0	0
SII Praia da Rocha	840 364	0	0	0	0
Viogesp	107 555	0	0	0	0
Areal da Rocha - Act. Turísticas, Lda.	20 909	0	0	0	0
	1 179 044	95 000	25 686	129 010	13 116

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem essencialmente de transacções comerciais efectuadas a preços de mercado.

(c) Saldos

Em 31 de Dezembro de 2022, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2022			
	Clientes	Fornecedores	Outras dividas a receber	Outras dividas a pagar
Empresa Mãe				
Violas - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	0	0	0	18 261 394
Outras	0	0	0	0
Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.	0	10 861	13 116	0
Outras	0	0	0	0
Cotesi	5 304	121	0	0
Clip Colégio	0	542	0	0
Viogesp	0	0	0	0
SII Praia da Rocha	0	0	0	70 051
Areal da Rocha - Act. Turísticas, Lda.	0	0	0	1 230
	5 304	11 524	13 116	18 332 675

36.2 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade foi considerado, de acordo com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão. Os membros do Conselho de Administração são remunerados pela Sociedade, sendo os gastos contabilizados em Gastos com Pessoal (Nota 28).

Foi despendido com dois administradores da Sociedade, que simultaneamente desempenham o mesmo cargo na empresa-mãe, Violas SGPS, SA., o valor de 744.086 euros. (em 2021: 683.896 euros) a título de remunerações.

37. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS

Activos Contingentes

A dívida de José Joaquim Martins da Costa Lima (**Nota 13**), por sentenças judiciais de 20.11.2008 e 07.05.2012, foi actualizada para 16.970.180,70 euros, garantida por penhora de 191.235 acções da Sociedade Aquazul – Investimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda, avaliadas oficialmente a 88,74 euros cada. Por uma questão de prudência, este potencial ganho ainda não foi reconhecido pela Sociedade, em virtude do devedor ter recorrido da última decisão.

Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Processos Judiciais em Curso

A Sociedade reconheceu em exercícios anteriores (de 2011 até 2019) encargos extraordinários no montante global de 41.255.648 euros, respeitante a pagamentos efetuados ao Estado pelo facto da Sociedade não ter atingido um nível de receitas na zona de jogo do Algarve superior aos mínimos exigíveis definidos no Anexo do Decreto-Lei n.º 275/2001 de 17 de Outubro. A Administração da Sociedade, baseada em diversas circunstâncias/factos entende que estes encargos (que influenciaram fortemente de uma forma negativa os resultados passados da Empresa) não devem ser exigíveis, razão pela qual, interpôs acções judiciais em Tribunal, solicitando a anulação dos montantes debitados até à data, relacionados directamente com a matéria aqui exposta.

Outros Potenciais Compromissos

(5) Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não tinha compromissos financeiros para além dos que resultam das contrapartidas anuais mínimas, decorrentes dos Contratos de Concessão, tal como se encontram definidos no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro. A Solverde no exercício de 2022 fica dispensada do pagamento das contrapartidas anuais mínimas, decorrente da aplicação das medidas adicionais compensatórias, conforme , cláusula 4.ª, n.º 2 e n.º 3 do aditamento ao contrato de Concessão 336/2022 e 453/2022, de 10 de Março.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade tem as seguintes garantias, como segue:

Início	Beneficiário		Montante	Taxa
3-ago-20	Turismo Portugal	a)	234 000	1,00%
3-ago-20	Turismo Portugal	a)	12 000	1,00%
30-jan-08	Turismo Portugal	b)	1 400 000	0,30%
1-jan-90	Inspecção Geral de Jogos	b)	199 519	0,50%
30-jan-08	Turismo Portugal	c)	1 200 000	0,30%
10-abr-02	Inspecção Geral de Jogos	d)	1 000 000	0,75%
6-fev-08	Turismo Portugal	d)	100 000	0,30%
3-ago-20	Turismo Portugal	d)	34 176	1,00%
19-jul-17	Serviço de Regulação e Inspecção Geral de Jogos	e)	230 000	1,00%
19-jul-17	Serviço de Regulação e Inspecção Geral de Jogos	e)	757 000	1,00%
1-abr-94	Tribunal Trabalho	f)	42 988	0,50%
11-dez-97	Tribunal Trabalho	f)	14 958	0,30%
16-jun-11	Galp	g)	21 000	1,00%
28-fev-01	Vasp	g)	1 247	0,0375%
5-dez-97	Vasp	g)	748	0,0375%
			5 247 637	

- a) Garantias a favor do Serviço de Regulação e Inspecção de Jogos do Turismo de Portugal, relativas ao pagamento de prémios referente às apostas desportivas – Jogo On Line.
- b) Estas garantias são relativas à concessão da Zona de Jogo de Espinho.
- c) Garantia a favor do Turismo de Portugal referente à Zona de Jogo do Algarve.
- d) Referem-se a garantias relativas à concessão da Zona de Jogo de Vidago-Pedras Salgadas.
- e) Referem-se a garantias relativas à concessão do Jogo Online.
- f) Refere-se a garantias a favor do Tribunal do Trabalho são relativas a processos judiciais, movidos por ex-funcionários.
- g) Estas garantias referem-se a acordo com fornecedores, para a concessão de crédito na liquidação de facturas.

A responsabilidade da Solverde relativa a garantias prestadas por diversas entidades bancárias, não é alvo de qualquer relevação contabilística, para além das comissões inerentes à sua utilização.

Todas as garantias são prestadas por tempo indeterminado, até o motivo que as justificou ter cessado.



38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de Maio de 2023.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

As perspectivas de crescimento económico para Portugal não são muito animadoras (o Conselho Nacional das Finanças Públicas aponta para 1,2%) pelo que as estimativas que a Solverde assume para 2023 estão em consonância com este enquadramento.

Assim, embora haja algumas nuvens no horizonte, somos optimistas e consideramos planeável um crescimento positivo no volume de negócios, que deverá atingir os 140 milhões de euros proporcionando um resultado líquido similar ao do exercício de 2022.

Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos ou divulgações nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022

Espinho, 11 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



JAM
S.R.O.C

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 121.359.253 euros e um total de capital próprio de 83.587.344 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 13.075.201 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

1. A Sociedade encontra-se dispensada de apresentar contas consolidadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, de 13 de Julho, pelo facto de ser detida pela Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e integrar por esta via as Demonstrações Financeiras Consolidadas desta empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

1/3

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.
Contribuinte n.º 507 809 696
Rua de Chãos n.º 64
4630-275 Marco Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420
Tlm: 913 453 543



SOLVERDE
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho
Capital Social 30.000.000 Euros

JAM
S.R.O.C

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

2/3

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.
Contribuinte n.º 507 809 696
Rua de Chãos n.º 64
4630-275 Marco Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420
Tlm: 913 453 543



SOLVERDE
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho
Capital Social 30.000.000 Euros

JAM
S.R.O.C

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 23 de Maio de 2023

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.
(SROC n.º 207 e registada na CMVM com o n.º 20161503)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado
(ROC n.º 1.157 e registado na CMVM com o n.º 20160769)

3/3

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.
Contribuinte n.º 507 809 696
Rua de Chãos n.º 64
4630-275 Marco de Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420
Tlm: 913 453 543



SOLVERDE
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho
Capital Social 30.000.000 Euros



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



JAM
S.R.O.C

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
2. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da **SOLVERDE**. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos da Sociedade.
3. Como consequência do trabalho de Revisão Legal Efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas na modalidade Sem Reservas e Com Ênfase.
4. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Capital Próprio e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade e dos seus resultados;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; Neste particular, é de referir que a Administração baseada **(i)** no histórico da Empresa e **(ii)** na política de relevação dos custos de reparação e manutenção, passou a considerar que o uso, já desde 2007, das taxas mínimas de depreciação definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 é o mais adequado atendendo ao contexto económico e operacional da Sociedade.
 - iii) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedoras da evolução dos negócios e da situação da Sociedade evidenciando os aspectos mais significativos; e

1/2

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.
Contribuinte n.º 507 809 696
Rua de Chãos n.º 64
4630-275 Marco Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420
Tlm: 913 453 543



SOLVERDE
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho
Capital Social 30.000.000 Euros

**JAM**
S.R.O.C

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Marco de Canaveses, 23 de Maio de 2023

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.

(SROC n.º 207 e registada na CMVM com o n.º 20161503)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado

(ROC n.º 1.157 e registado na CMVM com o n.º 20160769)

2/2

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.
Contribuinte n.º 507 809 696
Rua de Chãos n.º 64
4630-275 Marco de Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420
Tlm: 913 453 543



SOLVERDE
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho
Capital Social 30.000.000 Euros



CASINO ESPINHO
HOTEL APARTAMENTO SOLVERDE
HOTEL SOLVERDE SPA & WELLNESS CENTER
CASINO VILAMOURA
CASINO MONTE GORDO
HOTEL ALGARVE CASINO
HOTEL CASINO CHAVES
SOLVERDE.PT

gruposolverde.pt

